

ENSAIO SOBRE A REGRESSIVIDADE SOCIAL DO BRASIL

São os enxadeiros, os bóias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que, sendo impraticável, os situa na condição de classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes.

Darcy Ribeiro

Ivan Cotrim¹

O REENCONTRO COM O PASSADO

Nesta resumida exposição procuramos cotejar duas situações históricas opostas, para desfazer aquilo que as aparências forcejam pela igualação. Nesse sentido, refutar as críticas endereçadas ao atual grupo no poder, os Milicianos Cariocas, tratados como fascistas, por suas expressões e aparência semelhantes a eles, não nos exime de apresentar aspectos históricos que implicam na demonstração do anacronismo histórico aí contido. O que segue é um pequeno esquema, na tentativa de indicar a identidade desse grupo político com a realidade autocrática e retrógrada brasileira, que comporta seu despreparo político e intelectual, suas expressões ridículas e pretensiosas, próprias do caráter profundamente rebaixado que manifestam.

Expor sinteticamente algumas condições da Itália fascista interessa-nos para superação das barreiras intelectuais que não cedem à compreensão do caráter colonial brasileiro, em radical alteridade com o caminho tardio italiano de objetivação do capitalismo. Situação histórica que conduziu esse país a ingressar no universo fascista diante das pressões imperialistas que vinha sofrendo.

A insistência no uso de conceitos inadequados na designação de fenômenos sociais dissimula o conhecimento da realidade, não a explica. O uso de terminologia indevida nos afasta da apropriação do concreto inscrito no próprio real, além de dificultar as críticas necessárias que devem ser endereçadas a eles.

Retomarmos os estudos que se debruçaram sobre o caminho de objetivação do capitalismo no Brasil, pela via colonial, tornou-se ainda mais urgente num momento em

¹ Prof. Aposentado da Centro Universitário Fundação Santo André e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pós Doutorado em História Econômica pela USP.

que concepções inadequadas, investidas em meras ofensas, ofuscam as corretas críticas ao inadequado comportamento bolsonarista. Temos que ir além do enfrentamento subjetivo coroado de rancor, bem a gosto do novo grupo de milicianos no poder, para atingirmos, no essencial, suas bases de sustentação.

No Brasil republicano, as transações políticas somente têm efetividade quando garantida a inflexibilidade da autocracia burguesa² e de seus corolários essenciais: subordinação externa, opressão de classe, exclusão social e superexploração do trabalho.

De forma que, no Brasil, as mudanças sociais e políticas só podem se efetivar sob o jugo da continuidade estrutural que lhe sustenta política e economicamente. Parafraseando o escritor italiano Lampedusa, quando diante da ascensão burguesa e da decadência aristocrática, próximo dos 1900, explicita pela fala de um de seus principais personagens, que há de se mudar muito para que tudo permaneça como antes.

A caracterização da Itália, feita pelo autor de “O leopardo”, demarcou peculiaridades do capitalismo italiano, como o conservantismo já entranhado na burguesia ascendente, e a anatomia socioeconômica tardia da Itália, em relação aos países capitalistas clássicos. Certamente, o atraso italiano teve como parcela importante de sua determinação uma ideologia arraigada à religiosidade que dominava as massas trabalhadoras do campo e cidades, como fora muito bem analisada por Gramsci, em sua determinação do que compreendeu como “revolução passiva”. Fato, contudo, que não criara aí obstáculo definitivo ao autônomo desenvolvimento italiano, ao contrário do caso brasileiro, pois contou com uma burguesia de extração feudal que, a despeito de suas limitações históricas, avançou para o capitalismo perseguindo o progresso e a modernização, a exemplo da Alemanha, com sua industrialização igualmente atrasada. O desenvolvimento histórico italiano no início do século XX resultou na criação das bases capitalistas modernas, sob empuxo das ações político-econômicas de preparação para a Primeira Guerra Mundial. A Itália reverte, entretanto, sua posição político-beligerante na Segunda Guerra, depois dos péssimos resultados obtidos pela sua posição tomada ao lado da Tríplice Aliança contra a Alemanha, ao cabo da Primeira Guerra. Embora vitoriosa, teve que acolher com poucos recursos 500 mil mutilados de guerra, o que gerou forte indignação social estimulando o poeta conservador D’Annunzio a

² Autocracia burguesa, pouco compreendida, seja pelas esquerdas seja pela direita, é um dispositivo que, entre outras coisas, cria freio a qualquer progresso social.

escrever um poema retratando a idéia popular de uma “vitória mutilada”. Foi essa condição social, aberta nesse período, que impulsionou a mudança de posição política italiana na direção do nacionalismo fascista, favorecendo sua industrialização. Cabe notar que, a despeito da semelhança em termos de atraso social, o tipo particular de retardamento brasileiro se diferencia das peculiaridades político-econômicas italianas. Os fundamentos coloniais aqui instalados determinaram sua subordinação às forças do capital comercial e financeiro, a princípio, e, em seguida essa subordinação se *moderniza* sob a dominação expansionista do imperialismo com a instalação republicana. De forma que, enquanto a Itália se recompunha dos prejuízos que lhe trouxeram a Primeira Guerra para lançar-se contra o domínio imperialista e a manutenção de sua autonomia nacionalista com apoio dos setores capitalistas nacionais, o Brasil, no mesmo período, transitava para o novo padrão da subordinação capitalista.

Nesse sentido, se é possível nos aproximarmos daquela expressão de Lampedusa para um dado momento da história italiana, é preciso ter em conta que a Itália superou aquele atraso, além do fato de nunca ter se subordinado às forças capitalistas internacionais. Ela fez avançar sua indústria e modernização, obviamente ao preço da brutal violência e esmagamento humano, próprios do fascismo na Segunda Guerra. No Brasil, ao contrário, reproduziu-se uma modernização de fachada, reacionária, conservadora e subordinada às forças capitalistas internacionais.

No núcleo dos movimentos políticos nacionalistas das primeiras décadas do século XX, desponta uma corruptela ideológica dos movimentos fascistas italianos, mimética e de perspectiva regressiva ao evocar o aniquilamento da modernização industrial e projetar a formação de uma produção agrária, num universo de pequenas propriedades.

O Integralismo, criado por Plínio Salgado, vislumbrava no homem brasileiro uma vocação agrarista obviamente falsa. Esse movimento manifestou uma fragilidade estrutural e, embora seu forte chamamento ideológico tenha atraído certa massa popular religiosa, o retrocesso proposto, eivado de uma irracionalidade de origem ruralista e religiosa, acionou contra si a ação do estado varguista que, sob a ação da polícia de Filinto Müller, o coloca na ilegalidade. Certamente os setores do capital agroexportador dominante não poderiam conciliar-se com seu projeto, pois, a ruralidade brasileira assentava-se em grandes propriedades na produção para exportação, enquanto os integralistas propunham a objetivação de uma reforma agrária e formação de pequenas

propriedades, o que estava completamente fora de qualquer objetivo dos setores agroexportadores.

Por outro lado, diferentemente da Itália, a violência e o esmagamento humanos no caso brasileiro tinham outra origem e destino. Tratava-se de uma perversidade exploratória da força de trabalho, sem limite, revelando os interesses do capital imperialista associado à produção agroexportadora. Patenteou-se aqui o inverso de lá. Enquanto as forças produtivas italianas alçaram patamares que seriam inatingíveis sem a ação da violência fascista, aqui o legado da subordinação ao capital imperialista e a agroexportação aprofundou a superexploração da força de trabalho e exclusão humana, tanto material quanto intelectual, em favor daqueles capitais.

O retardamento aqui é de outra ordem, a de um capitalismo hipertardio arrimado num capital atrofico incompleto e incompletável, que reafirma a impossibilidade de formação de uma sociabilidade fascista nos concretos padrões históricos desse fenômeno. Essa impossibilidade pode ser constatada até nos termos do ideário do fundador da AIB(Ação Integralista Brasileira), Plínio Salgado.

Permaneceu em seu pensamento, mesmo após o movimento ter sido posto na ilegalidade, uma perspectiva nacionalista tacanha, rejeição e crítica à razão, ao materialismo, ao socialismo e uma defesa da subjetividade religiosa cristã. Chasin demonstrou à exaustão o arraigado irracionalismo constante desse ideário reacionário e religioso. O advento de uma nova humanidade capaz de suplantá-lo, *in abstracto*, a sociedade burguesa e seu democratismo subsumiu a subjetividade e a interioridade religiosa. Desta forma, ele vai demarcando seu distanciamento das formas sociais exógenas, como o liberalismo, o comunismo e, inclusive, o nazifascismo. O rechaço aos avanços da ciência moderna converge para a crítica do que Plínio Salgado tratou por *Homem Velho*, alheio aos valores cristãos. Nesse sentido, ao contrário daquele, o *Homem Novo* estaria em busca da essência do cristianismo bíblico, dos nossos passados proféticos, numa reafirmação de seu incontornável reacionarismo religioso, subjetivista e regressivo.

Do ângulo geopolítico, afirma-se em seu ideário a defesa da Doutrina Truman, protetora dos assédios expansionistas da URSS, mas que legitimava a interferência política dos EUA sobre o Brasil, postura caudatária dos padrões político-ideológicos norte-americanos. O nacionalismo à brasileira da AIB busca origem na ação colonizadora dos portugueses, em seu primeiro momento, seguida pela ação dos índios, mas sem qualquer menção aos negros. A concepção de Nação sucumbe a sua

religiosidade ao afirmar que esta é um instrumento de elevação do homem até Deus em oposição aos regimes exógenos contrários aos desígnios divinos.

Assim, sua submissão à divindade protege sua defesa de tradições cristãs revelando a defesa intelectual de formas de regressividade social e manutenção dos elos com o passado, numa insistente preservação das raízes do homem brasileiro revestidas por essas noções. Desta forma, seu irracionalismo se distingue daquele que emergiu no bonapartismo nazifascista, que se viu obrigado à aceitação da razão iluminista instrumental, para garantia de um padrão tecnológico necessário à luta beligerante em perspectiva, como se observa no livro de Jeffrey Herf, “O Modernismo Reacionário”. Enquanto, no ideário pliniano, manteve-se a conservação do passado e de valores que definiam sua regressividade socioeconômica num total distanciamento do iluminismo em todas as suas dimensões.

Embora sintética, esta exposição quer mostrar o alto grau de retrocesso intrínseco à estrutura político-econômica do Brasil, que expressa sua diferença de natureza com o caso italiano. As elites burguesas brasileiras refletem seu atraso, de essência colonial, na nossa realidade. Queremos indicar que a avalanche reacionária, hoje no poder, os Milicianos Cariocas, respalda-se no atraso ideológico entranhado nos estratos dominantes e desfruta de aguda identidade ideológica com as elites burguesas. Estes não propuseram um modelo econômico nos moldes integralistas, obviamente, mas procedem ideologicamente como tal, forjando a implantação de uma “nova educação cultural” mais retrógrada que a integralista, pois expressam uma miséria intelectual singular abaixo de qualquer crítica. Ao mesmo tempo, expressam as angústias contidas em seus representados, impotentes estes em elevar seu capital ao porte internacional, adstringidos que estão aos parâmetros do passado colonial, do qual nunca se desfizeram. O reencontro com o passado pelos milicianos, forma forte vínculo com essa elite burguesa retardatária, que sempre se opôs à qualquer forma progressista. Voltaremos a essa problemática na última parte deste ensaio. Seguem, abaixo, algumas anotações que ressaltam temas políticos, econômicos e ideológicos, necessários à compreensão do retrocesso brasileiro em marcha.

A ANATOMIA SOCIOECONÔMICA

Exporemos, sumamente, algumas formulações teóricas de pensadores que se empenharam em explicar a especificidade socioeconômica brasileira.

Não será apresentada neste conjunto uma das mais importantes concepções desenvolvidas sobre a realidade brasileira, para o tema em perspectiva, como fizemos com outros intelectuais, pois a análise de José Chasin foram aqui tomada como base teórico-ideológica, como referência e parâmetro na compreensão do Brasil em suas várias dimensões e, portanto, sua perspectiva será encontrada em vários momentos deste ensaio.

Nesta digressão teórica procuramos expor as categorias de maior significado para a economia, abordadas por alguns analistas que se dedicaram a identificar as razões do atraso econômico brasileiro. A complexidade intrínseca a esta realidade capitalista eivada de peculiaridades, que a diferencia e especifica, torna a investigação dos autores igualmente complexa para a exposição intelectual dos seus traços mais significativos. Os autores escolhidos, entre outros, apresentam-se como clássicos no percurso intelectual de domínio dessa temática. Eles revelam uma destacada identidade com o objetivo proposto nesta parte do ensaio, o que não minimiza a importância de tantos outros pesquisadores que, para efeito deste ensaio, não pudemos incluir.

Com Caio Prado tivemos uma primeira concreção da ordem societária colonial no Brasil, sob a forma de colônia de exploração, forma subsumida ao capital comercial externo, cuja base estruturante permitiu-lhe diferenciá-la das colônias de ocupação (EUA, Canadá, Austrália). Sua estrutura econômica foi por ele definida como *economia colonial*. Mesmo com o encerramento da ordem política colonial, e transitando da dominação mercantil para o capital financeiro e imperialista, o Brasil não superou aquela base estrutural herdada da colônia. País organizado de fora para dentro, como colônia inicialmente, deu solidez a uma ordem de produção cujo produto se realizava noutro contexto social, o externo, condição na qual se manteve e se mantém atado, até hoje, via *commodities*, pela impossibilidade de elevar sua base tecnológica e financeira ao nível dos países internacionais. Em seu interior foram gestados problemas e contradições cuja “solução” obrigou a uma incontornável mediação com o mercado externo. Constata-se também em suas formulações que esse padrão restrito de capital não poderia se instalar democraticamente, por sua delimitação subdesenvolvida, que se definia por profunda relação de exploração do trabalho. A ausência dessa condição política só seria modificada com a intervenção das massas populares e trabalhadoras, que então poderiam iniciar uma trajetória no interior da realidade na direção da democracia. Essa ausência, entretanto, correspondia ao padrão restritivo do capitalismo, consentâneo à débil elite burguesa, pois a instalação de regime democrático a

ameaçaria, em suas bases, cujo capitalismo encontrava-se, como até hoje se encontra, sujeito às inversões externas às quais ela deve toda satisfação.

Ele compreendeu a complexidade que integrou o Brasil no universo capitalista e, revolvendo as entranhas de sua economia política e de estado, pôde explicitar os decisivos nexos internos e externos que permitiram a concreção dessa organização específica do capital. Os traços analíticos sublinhados por Caio Prado demarcaram ontologicamente o espaço no qual se ajustava o capitalismo brasileiro no interior da globalidade capitalista.

Analizou criticamente as distorções teóricas, como foi o caso da sua impugnação às teses sobre a existência histórica de feudalismo no Brasil, através de sua análise registrada em “A revolução brasileira”, obra pela qual recebeu o título de Intelectual do Ano, sendo agraciado com o Prêmio Juca Pato. Por outro lado, ele teceu profundas críticas aos padrões analíticos da realidade econômica brasileira assentada nos modelos liberais importados, que distorciam em seus resultados, a realidade político-econômica dominante. Enfrentando esses descaminhos teóricos, ele desenvolveu uma pesquisa singular, pois preenchia a lacuna deixada pela ausência de abordagens marxistas de elevado padrão. A crítica aos modelos econômicos liberais se expôs numa fase avançada de sua vida e teve como destino a defesa de uma livre-docência em História do Brasil, em 1968, mas que por ações políticas ordenadas pela ditadura o exame foi suspenso, frustrando o autor em seu objetivo. O livro, com o conteúdo de sua pesquisa, foi publicado alguns anos depois. O núcleo da questão se colocava da seguinte forma:

É na história, nos fatos concretos da formação e evolução da nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento. E não nas puras abstrações da análise econômica onde aqueles fatos aparecem fatalmente distorcidos e desfigurados, uma vez que tais abstrações, mesmo quando são até certo ponto justificáveis em outras situações para as quais e na base das quais foram elaboradas, não se ajustam a situações tão distintas como as nossas. (PRADO JR., 1972, p.19)

Focando-se nos ciclos econômicos, que irão compor o quadro geral da Teoria do Desenvolvimento, Caio Prado destaca que a flutuação das inversões concorrerá a favor das políticas anticíclicas mais evidenciadas dentro da Teoria Geral de Keynes. Mas após o segundo conflito bélico mundial, a Teoria do Desenvolvimento desloca sua atenção para o subdesenvolvimento, característica própria dos países de periferia do capitalismo

central. Essa concepção teórica absorverá em toda sua extensão a questão das flutuações nas inversões. Destacando o subdesenvolvimento, em particular nos seus momentos de recessão, ou desaceleração do ciclo, no qual as inversões não deram conta da dinâmica do capital, a pauta analítica se dirige para a insuficiência dessas inversões, mas acaba por buscar solução no próprio incremento das mesmas, o que é uma tautologia. Contudo, adverte Caio Prado, essa suposta resolução nada informa sobre a própria dinâmica do desenvolvimento com base nas inversões, tampouco diferencia o impacto dessa política nos países desenvolvidos e nos retardatários. Assim:

Não é preciso acentuar o anacronismo de tal aproximação, e transposição de fato característico de um capitalismo em avançado estado de maturidade, para economias que se definem precisamente pelo retardo em que se encontram. (PRADO JR., 1972, p. 19)

Ele enfrentou também a pretensão das tendências teóricas que procuraram captar os nexos históricos das diferenças entre padrões de desenvolvimento, por meio de generalidades, portanto, distantes do real e concreto, como é o caso de W.W.Rostow, em “As etapas do desenvolvimento econômico”. Esse trabalho foi acolhido pelas escolas de ciências econômicas como referência de análise desta realidade, por meio da noção de *sociedade tradicional* em que todos os países de formação socioeconômica anteriores ao capitalismo industrial seriam amalgamados sob essa rubrica, perdendo com isso suas peculiaridades. Países nestas condições históricas se tornam apenas ponto de partida da análise, não sendo eles mesmos o objeto analisado.

Esta maneira de caracterizar a “sociedade tradicional” é o ponto de partida do processo de desenvolvimento, isto é, essencialmente em contraste com o que vem em seguida a ela e que constitui o próprio desenvolvimento; e não pela natureza própria daquela sociedade, o que revelaria as circunstâncias e fatores nela imanentes e que constituem as premissas do desenvolvimento, esta maneira de considerar as coisas torna este desenvolvimento inexplicável a não ser pela intervenção de fatores estranhos e exteriores ao processo analisado e que ficam por isso sem explicação. (PRADO JR., 1972, p. 25)

Outra questão destacada por Caio Prado indica o descuido com que as teorias ortodoxas articulavam a realidade dos países retardatários, negligenciando as radicais diferenças entre seus mercados. Ele observa que, um sistema que se organiza para produzir para fora deve sofrer a retroação de seu procedimento, quando se toma o caminho histórico dessa relação, pois, desde a colônia que se alimenta a formação

polarizada de categorias sociais: um grupo reduzido de proprietários beneficiários da exportação e, no outro polo, desde escravos, semiescravos, trabalhadores nos serviços urbanos ou serviços públicos, sendo a força de produção, sem qualquer abertura para novas oportunidades. Desta forma, o mercado interno padece de certa consistência, pois, se o pequeno setor proprietário se abastecia com luxo, não era esse produzido aqui, mas importado. A maioria da população nas condições indicadas não possuía poder aquisitivo mínimo para forçar a expansão do mercado. Assim, as contradições nas relações de exportação e importação se farão herdar pela industrialização substitutiva como, também, o desequilíbrio da balança comercial, o câmbio, etc.

Os capitais e empreendimentos internacionais se prevalecerão largamente dessa avantajada situação que desfrutam relativamente ao Brasil (...) No processo de industrialização, em particular, elas se tornam em fator decisivo (...) Efetivamente, a posição dominante e decisiva que o capital internacional ocupa na economia brasileira, tende permanentemente a reconduzi-la para a anterior situação centrada na função exportadora. (PRADO JR., 1972, p. 83)

Por fim, Caio Prado destaca a posição em que se definiu o Brasil, historicamente, no interior do capitalismo geral:

Todo funcionamento da economia brasileira, isto é, as atividades econômicas do país e suas perspectivas futuras, se subordinam assim, em última instância, ao processo comercial em que as grandes empresas internacionais ocupam o centro. (PRADO JR., 1972, p. 83)

Sua compreensão sobre os fenômenos impeditivos, tanto ao desenvolvimento quanto à revolução brasileira, foi sendo descortinada abrindo caminhos sólidos para análise desta realidade e para as lutas futuras. Destaque-se, por fim, que a referência intelectual marxista desse pensador brasileiro reflete-se em sua ação como genuíno intelectual revolucionário. Caio Prado Jr. produziu uma vasta obra política e econômica sobre o Brasil, como “História econômica do Brasil”, “Formação do Brasil contemporâneo”, “Evolução política do Brasil”, entre muitas outras, além de inúmeros artigos, mas, no fundamental, o destaque vai para a abordagem sempre pautada em Marx, da maturidade, que lhe proporcionou uma compreensão rigorosa e concreta desta realidade até então produzida. Sua obra permanece sendo a melhor referência para acessar esta realidade e compreender sua complexidade estrutural.

As análises de Celso Furtado terão grande alcance, também, por sua preocupação com o atraso da industrialização brasileira e seu retardo histórico em relação aos países desenvolvidos. Suas pesquisas sobre o desenvolvimento e evolução capitalista do Brasil, desde a fase colonial até anos 1960, aproximadamente, tornaram suas análises modelares de uma disciplina fundamental dos cursos de economia, com o nome de Formação Econômica do Brasil, sinteticamente, FEB. Ele conceituou a realidade socioeconômica brasileira como forma subdesenvolvida do capitalismo, por sua dependência tanto tecnológica quanto financeira, dos capitais externos desenvolvidos. Comentando sobre o alto padrão de compreensão que ele detinha da nossa realidade, Francisco de Oliveira, em artigo sobre o percurso intelectual e político de Furtado, caracteriza-o como teórico do subdesenvolvimento, observa que sua carreira política legou-lhe respeitabilidade exemplar. Com sólida formação intelectual, produziu mais de três dezenas de livros, além de artigos e ensaios sobre esta realidade. Esteve à frente da CEPAL, do BNDE e da criação da SUDENE.

Furtado defendia a tese de que a economia brasileira alcançara tal grau de diferenciação econômica que cabia ao país formular sua própria política econômica. Apontava, também, para os inconvenientes de se aplicar à realidade brasileira modelos econômicos de análise elaborados noutras realidades distintas da do Brasil, a exemplo de Caio Prado Jr. Ele enfrentou a luta pelo retorno do regime presidencialista, nos inícios da década de 1960, em defesa da posse de Goulart, que seria empossado depois da vitória no plebiscito de 1963. Furtado assumira, acompanhado de Santiago Dantas, o Ministério do Planejamento, quando de sua criação. No Plano Trienal, articulado em conjunto com Dantas, propunha um programa para a implementação das chamadas Reformas de Base, tidas como fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Tal programa surgira, em primeiro lugar, para racionalizar a ação do governo através das reformas administrativas, bancárias e de base, em seguida, eliminar os obstáculos postos por determinadas instituições ao aproveitamento e incremento da capacidade instalada. A política econômica do governo presidencialista de Goulart baseou-se nas diretrizes traçadas pelo Plano Trienal, tendo como objetivo mais imediato a redução do índice da inflação, que havia chegado a mais de 50% em 1962, mas mantendo ao mesmo tempo um índice médio de crescimento real em torno de 7% ao ano.

A importância das teorizações que Furtado registrou na historiografia político-econômica brasileira diz respeito, também, a um momento em que se manifestavam

lutas ideológicas opostas entre a continuidade da agroexportação com uma indústria vegetativa *versus* um projeto de estímulo econômico industrial voltado para dentro.

Furtado manteve no horizonte político-ideológico um projeto de desenvolvimento para suplantar o subdesenvolvimento, mas foi fortemente barrado por parte dos setores dominantes associados ao capital externo, que se encontravam totalmente comprometidos com o imperialismo e com a agroexportação. Por essa razão, não logrou sucesso em atrair forças sociais que dessem sustentação ao seu projeto de economia nacional voltada para dentro. Ele não se dera conta de que, às portas do golpe ditatorial, os setores mais desenvolvidos das elites burguesas³ já haviam se aceito como sócios menores do capital imperialista, conforme definira FHC em seu livro “Empresário nacional e desenvolvimento econômico no Brasil”, tornando-se defensores exatamente dessa realidade que Furtado pretendia transformar. A intervenção militar de 1964 tolheu-lhe o percurso político progressista, mas não sua produção intelectual de alto nível. Furtado permanece como referência para a compreensão da economia brasileira em atraso.

Atento à especificidade social brasileira, Florestan Fernandes refutou as linhas de análise que colocaram na base de nossa formação uma ordem feudal que, em tudo, era impossível de instalação na ordem colonial, vide as características próprias do mundo medieval, composta pelos burgos com relações radicalmente afastadas da estrutura colonial aqui implantada. Aqui, as monoculturas desempenharam um papel econômico diferenciador pela forma de produção e pelo nexos mantido com o comércio mundial. É com essa estruturação histórica que vai se projetando o rompimento da estrutura colonial dominada, como ele diz, por uma aristocracia agrária. O café ganha foro privilegiado nesse processo, uma vez que as suas condições econômicas provocaram as imigrações, forjaram a emancipação dos escravos e criaram pequenos

³ Observemos que o conceito de “lumpemburguesia” surge pela primeira vez em fins dos anos 1950, através de alguns textos de “Ernest Germain”, pseudônimo empregue por Ernest Mandel, ao referir-se à burguesia do Brasil, que o autor considerava uma classe semicolonial não completamente “burguesa” (no sentido moderno-ocidental do termo). Não se trata de incontemporaneidade, mas da identificação que esse segmento travou com suas funções contraditórias, subalternidade e opressão e com a total desidentidade histórica. Vale notar a noção de lumpesinato aplicada à burguesia francesa por Marx no período da dominação financeira (1830/1848) que serviu de inspiração a Mandel: “A aristocracia financeira, tanto nos seus métodos de aquisição como nos seus prazeres, não é mais que o renascimento do lumpemproletariado no topo da sociedade burguesa”. (BEINSTEIN, 2016) José Chasin definiu a burguesia brasileira como um “embrião maldito”. Ser que cresce, mas não se desenvolve. O que nos parece muito bem acertado em se tratando de sua especificidade histórica. Cabe ainda indicar a feliz definição de Fernando Henrique Cardoso, em momento auspicioso de sua carreira acadêmica, que observa ser esta uma burguesia capenga da qual somente podia emergir um capitalismo capenga..

empreendimentos internos. Isto fez com que despertasse o desejo de lucro e alterasse a estrutura conservadora em que se assentava a aristocracia tradicional, fornecendo o potencial para transformação política. Tudo isso se dinamiza em meio ao processo de transição dos países externos para uma nova divisão internacional do trabalho na qual foi inserido o Brasil e oferece as condições que alcançara, tendo, entretanto, que manter a agroexportação como sua base econômica principal.

Florestan se volta para as condições dos setores do trabalho para explicitar o esmagamento dos indivíduos, sua exclusão social, seu estranhamento como contradição fundamental da vida social brasileira, não só no fato de que aqui dominava a produção agroexportadora, mas, principalmente, a exploração do homem pelo capital:

É da mesma maneira na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador coloca sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Portanto, quanto maior essa atividade, tanto mais o trabalhador é sem objeto. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menos ele mesmo é. (FERNANDES, 1983, p.150/1)

Assim, o trabalho estranhado desrealiza o trabalhador que perde o seu produto objetivado. Os desdobramentos sociais dessa atividade que se estende de forma planetária implicam, para países como o Brasil, que as condições societárias para repartição da produção na globalidade capitalista expresse forte contradição frente aos países desenvolvidos. Florestan mostrou alguns ângulos da reprodução e acumulação de capital no Brasil, dentre os quais, o formato socioeconômico, que implica na acumulação dual, isto é, a remuneração dos capitais nacionais e os externos aqui investidos e mantidos sob controle imperialista. Essa exigência gerava a necessidade da aplicação de um arrocho salarial para fazer frente à elevada extração de valor compatível com a dupla remuneração de capitais.

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, (...) produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (...). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com expansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês). (FERNANDES, 1976, p.293)

De forma que, para manter as massas populares trabalhadoras sob estreito controle, o estado vigente instalou-se sob uma estrutura de estado autocrático, conservando a política burguesa de exclusão social presente desde sempre. A tese sobre a estrutura política burguesa no Brasil como forma social e econômica impeditiva de instalação democrática, põe Florestan Fernandes em posição singular na análise política do Brasil:

Ignorou-se que a expansão capitalista da parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais (...) E, em segundo lugar deixou-se de considerar que a autonomia do desenvolvimento capitalista exige como pré-requisito a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista). (FERNANDES, 1976, p.290)

Assim, o aprofundamento das modificações próprias do capital imperialista, que se acentua nos países centrais, impulsiona e dilata a ação das burguesias dos países dependentes, no cumprimento do requisito político repressivo e autodefensivo, subsume ao imperialismo, e essa dupla opressão se torna uma das principais fontes da desigualdade combinada no interior do capitalismo.

A dominação imperialista, o subdesenvolvimento com sua terrível incidência sobre a descolonização que não se desata, (...) fazem parte do seu estilo de ser burgueses e da sua arte econômica de converter as fortes desvantagens coletivas em bênçãos de minorias ultra privilegiadas. (FERNANDES, 1982, p. 69)

Diferenciando os formatos burgueses, o autor fala em burguesias conquistadoras e burguesias predatórias, observando que

A nossa classe dominante cabe na segunda rubrica. Sua ação reside no aproveitamento de certo padrão de crescimento econômico para afirmar uma restrição da condição humana popular e dissimular o padrão de violência que caracteriza sua dominação social e política, a guerra cruel e permanente contra toda e qualquer autonomia relativa das classes despossuídas. (FERNANDES, 1982, p. 70)

O atraso em que nos encontramos historicamente, indisfarçável e revelador do procedimento dessa classe dominante, expõe sua crueldade recrudescente quando transfere para o Estado sua hegemonia de classe, facultando a essa instituição, como fez por todo o século XX, a instalação ditatorial, “sustentáculo número um da existência, da continuidade e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.” (Fernandes, 1982, p. 70). Florestan capta na essência as razões da depauperação intelectual e material dos “de

baixo”, como afirma, ao compreender e expor a ação das elites burguesas por todo um século. Diz ele: “Dessa perspectiva, entende-se (...) porque a história das instituições políticas tem sido uma história escabrosa de como se fabrica o ‘desinteresse’, a ‘apatia’, a ‘ignorância’, a ‘brutalidade’, etc., da massa pobre trabalhadora...” (FERNANDES, 1982, p. 70). Com ele, abre-se uma trajetória competente para análise e entendimento dessa complexa realidade social. Sua compreensão iluminou um ângulo obscuro da nossa história, o papel decisivo de uma dupla exploração do trabalho, permitindo projetar com maior correção os caminhos da revolução brasileira. Ele apresenta em sua “A Revolução Burguesa no Brasil” o argumento irrefutável sobre a estrutura autocrática do estado brasileiro, como condição de ser deste capitalismo de periferia, impeditivo na instalação democrática e sem solução para a vida dos “de baixo”. Sua compreensão e explicitação dessa questão o colocam entre os maiores pensadores brasileiros, tal a clareza com que tratou a ausência de democracia no Brasil.

Com “A emergência do modo de produção de mercadorias”, capítulo de “A economia da dependência imperfeita”, Francisco de Oliveira expõe sua compreensão sobre a transição da ordem colonial para um capitalismo “imperfeito”, considerando a presença de dupla moeda e, conseqüentemente, dupla circulação de capital, o que eleva a análise desse autor a uma posição de destaque na historiografia econômica brasileira. Com Francisco de Oliveira, a existência de duas circulações de dinheiro-capital: a que se movia no limite de relações restritas ao comércio interno, com moeda nacional, e as circulações de grande porte movidas pelo comércio externo, conectado à agroexportação, toda ela medida e trocada pela libra esterlina, permitiu compreender a complexidade de tal “emergência”, pois, a obtenção dessa moeda exigia o recrudescimento da exportação brasileira, exportação essa controlada pelo Brasil apenas até os limites dos portos nacionais, pois daí para fora o país já não tinha mais qualquer controle, apenas remunerava o trabalho mercantil fora de seu alcance. Importa destacar que essa circulação era, de longe, a que tinha lugar prioritário, pois criava as condições para importação daquilo que aqui não se produzia.

Em primeiro lugar, a intermediação comercial e financeira, por realizar-se inteiramente na forma de divisas estrangeiras torna a preservação dessa forma de valor *vital* para a realização completa do circuito “produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção”; daí que a política cambial tenha se convertido, ao longo da história da Primeira República, na determinante fundamental do arremedo do que se poderia chamar de “política econômica” do governo e núcleo das controvérsias e das lutas

econômicas, sociais e políticas *no seio* da própria classe dominante. (OLIVEIRA, 1989, p. 16/17)

Em sua análise fundada nessas categorias, Francisco de Oliveira aborda o período de produção e exportação cafeeira (com seu auge entre 1889 a 1930), nos estertores do ciclo econômico do café, quando este já apresentava forte debilidade. O autor aprofunda sua análise e põe em evidência um fenômeno de suma importância para compreensão das contradições centrais do capital aqui instalado, trata-se da autofagia que se desenvolveu e impeliu esse ciclo para a insolvência, pois a produção cafeeira não conseguia mais realizar o suficiente em valor para arcar com os compromissos financeiros criados por seu próprio sistema de produção e exportação.

O autor descortinou os elos estruturais da economia brasileira responsáveis pela reprodução da autofagia, mesmo em momento avançado da industrialização, com a presença da produção automobilística em particular. Neste caso, tratou do fenômeno da circulação monetária, já em fins da década de 1970, em que o movimento de realização da mais-valia das indústrias multinacionais só poderia ser realizado em dólares. Essa crise, crise de circulação, gerou outro momento autofágico do sistema, exatamente pelo descompasso entre obtenção e realização da mais-valia no exterior, contradição essa que se somou a outra: fazer a indústria como um todo deslanchar dependeu do investimento do capital imperialista fazendo com que a dinâmica de desenvolvimento ficasse, então, circunscrita aos interesses do capital forâneo. Francisco de Oliveira observa que:

Emergem nesse processo duas forças novas, novas em sua qualidade; essas duas forças vão ser o Estado de um lado, e de outro o capital estrangeiro. (...) mas, tendo-se em vista a constelação de forças internacionais, do trabalho, e o tipo de divisão internacional vigentes na época, o capital estrangeiro, antes de ter interesse na expansão dessas atividades no Brasil, tinha uma posição contrária, que consistia em obstaculizar o nascimento e a consolidação de certas atividades econômicas, como, por exemplo, a exploração do petróleo. (OLIVEIRA, 1989, p.116/117)

A compreensão deste autor sobre o caráter do atraso socioeconômico brasileiro aguçou sua criatividade, que o levou a tratar a estrutura socioeconômica do Brasil por “Ornitórrinco”. Nesse texto, a difícil e contraditória definição anatômica desse animal se torna referência para a anatomia social e histórica brasileira. Esse texto contempla uma atualização de seu trabalho de 1974, “Economia brasileira, crítica à razão dualista”.

Em seu último livro “Brasil: uma biografia não autorizada”, Francisco de Oliveira faz comentários expressivos sobre a ausência de futuro da história brasileira, referindo-se ao texto de Stefan Zweig, “Brasil, país do futuro”, observa que:

A redemocratização, em 1984, foi outra vez realizada “por cima”, na tradição da “revolução passiva”, sem sangue, mas também, como diria nosso clássico da música popular, sem “choro nem vela”⁴ (...) “Em que consiste, pois, o adeus do futuro ao país do futuro? Sua presentificação permanente: não há mais futuro, porque ele já está aí”⁵. (OLIVEIRA, 2018, p.71/72)

Ou seja, uma “presentificação” para o capital, que realiza nos padrões neoliberais o contrário do que propõe sobre o Estado:

O conjunto de novas determinações do capitalismo globalizado produziu a erosão da nação como comunidade política, no sentido de Hannah Arendt – e contraditoriamente ao que se pensa e ao que foi apregoado pela ideologia neoliberal, produziu não um Estado mínimo, mas um Estado máximo. Esse Estado, guardião dos movimentos do capital, buscava assegurá-los contra toda a incerteza, que aliás cresce exponencialmente no capitalismo globalizado. (OLIVEIRA, 2018, p.75)

Por fim, Francisco de Oliveira incursiona no campo conceitual do subdesenvolvimento, expondo vários aspectos dessa temática, bem como as contraditoriedades que comporta. O subdesenvolvimento aparece teoricamente como forma social do capitalismo periférico.

O conceito de subdesenvolvimento, original criação teórica cepalina, preencheu o vazio deixado pelo marxismo, que tinha a obrigação de decifrar as formas pelas quais o capitalismo se expandia⁶. O subdesenvolvimento não era uma “etapa” do desenvolvimento, num esquema *à la* Rostow ou *à la* etapismo stalinista. Ele poderia ser rompido, tentando-se inverter a relação entre os centros do núcleo desenvolvido e a

⁴ O que significa que não houve, pois nem poderia haver redemocratização quando a democracia nunca se instalara no país.

⁵ Talvez pudéssemos, neste caso, aludir ao grande literato brasileiro, Ignácio de Loyola Brandão que antecipou a “tragédia brasileira” em seu livro “Não verás país nenhum”, mas, mais que isso, o bloqueio do futuro tem seu registro na reiteração cotidiana do seu passado histórico, pela imperiosa demanda de realização do capital atrofico.

⁶ É preciso destacar o fato de que pelos caminhos deixados por Marx foi possível identificar as formas não contemporâneas do capitalismo em relação aos clássicos. Em “Programa agrário da social-democracia...”, Lênin distingue a forma tardia, tratada por ele como via prussiana, que se diferencia da via norte-americana de objetivação do capitalismo, ao propor caminhos para o desenvolvimento econômico da Rússia. Na América Latina, a identificação do hiperatraso brasileiro permitiu a José Chasin explicar a forma de desenvolvimento aqui ocorrido, que ele tratou por via colonial. Via essa que permite entender não só o caso brasileiro, mas os demais países latino-americanos. Nesse sentido, esse “vazio deixado pelo marxismo” não corresponde à realidade do marxismo como se indicou acima.

periferia; em outras palavras, fazendo com que a periferia alcançasse os graus de industrialização do centro para que desaparecesse a condição de economias dependentes. (OLIVEIRA, 2018, p.72)

Em seu esforço de dar fundamento às possibilidades de superação da dependência (subdesenvolvimento), ele lança mão de procedimentos históricos que levaram vários países a compor o núcleo capitalista desenvolvido.

Havia, portanto, uma larga franja de atividades que, em se tornando capitalistas, liquidariam o subdesenvolvimento. Simplificando muito, este seria vencido exatamente pelo desenvolvimento. Tal caminho não era sem perspectiva histórica: muitos países que foram “periferia” ou quase colônias copiaram aceleradamente os desenvolvidos e hoje fazem parte do núcleo. Os casos mais notórios são Japão, desde a Restauração Meiji, e Austrália e Nova Zelândia, que foram criadas como colônias de degredo. (OLIVEIRA, 2018, p.71/2)

As análises de Oliveira, presentes nos últimos textos, levam à conclusão da existência de possibilidades de superação do atraso e do retardo socioeconômico. Se tomarmos os casos citados, caberia questionar o conceito de periferia, pois os atrasos não se equivalem. A Austrália, que foi colônia de ocupação, como os EUA e o Canadá, em nada se assemelham com o Japão, que esteve no núcleo beligerante da Segunda Guerra Mundial, condição impossível para as ex-colônias citadas. Contudo, a ex-colônia Nova Zelândia, compõe os domínios ingleses e conduz uma autogestão monárquica submetida aqueles domínios. Cada caso se põe de diferentes formas no interior do imperialismo. O caso brasileiro, subsumido à histórica dominação, inicialmente sob o capital comercial e, em seguida, com emersão imperialista, é submetido ao capital financeiro. Sua subordinação se define pela radical exclusão de um estado democrático que se movimenta pendularmente entre o regime ditatorial e o autocrático. A questão que se põe é: qual ou quais os segmentos sociais sustentariam o projeto socioeconômico autônomo na direção de compor com o núcleo desenvolvido? Qual ou quais segmentos sociais reivindicam essa condição? Do ponto de vista econômico, as associações dos capitais nacionais e externos, conforme indica Fernando Henrique Cardoso, que aceita sem crítica, sempre se fizeram sob domínio dos segundos, logo a composição com o núcleo desenvolvido implica na *impossível* emancipação do capital atrofado. Desta forma, o conceito de periferia conteria uma determinação histórica que é sua dificuldade e até impossibilidade de ruptura com os limites particulares de seu capital e, portanto, alçar outra particularidade oposta à de sua origem histórica.

Oliveira evoca um conjunto de situações político-econômicas que, após as gestões de governos postos por eleições diretas, encontraram limites nas possibilidades de aceleração e avanço emancipatório da economia. Trata-se de fatos empíricos dispersos que não apresentam unidade ontológica capaz de definir a particularidade dos entraves históricos. O que remete, também, à consistência histórica da elite burguesa no Brasil, já mencionada, cuja ação política se orienta por um capital atrofico reproduzido por essa mesma elite burguesa.

Outro autor, Fernando Henrique Cardoso, defendeu a tese de que a realidade socioeconômica brasileira se desenvolveria por via dependente e associada ao capital imperialista. Sem especificar o custo social dessa associação, também não indagou sobre a subordinação das forças do capital nacional as do capital imperialista, tratando essa relação como uma relação na qual o Brasil teria vantagens na captação do avanço tecnológico. Compreendeu aspectos importantes do atraso brasileiro, como o caráter esquálido da burguesia nacional, sua fragilidade congênita. Mas, apesar disso, afastou de sua análise o fato de que uma autonomia apenas política, alienada de sua base econômica referencial, encontra-se historicamente impedida de sustentar o desenvolvimento. Cardoso negligenciou o fato de que a instalação democrática neste país dependeu, e depende sempre, da intervenção das massas trabalhadoras no poder, quando tratou da luta pela democracia, até porque se restringiu ao âmbito institucional. De forma que, na contramão das constatações fundamentais feitas pelos melhores pensadores críticos do capitalismo retardatário, permaneceu na defesa de uma redemocratização com base numa suposta possibilidade de autonomia política.

Embora tendo constatado que a burguesia brasileira é capenga e criou um capitalismo capenga, observa, no período da instalação ditatorial bonapartista, que, para se obter êxito no desenvolvimento capitalista, teríamos que ser geridos por forças vindas de fora dessa classe. Fora da classe, mas na sua defesa, sob determinação tecnocrática e propensão democrática, o que nunca passou de pura ilusão politicista.

Sua compreensão de que a elite burguesa brasileira só tinha iniciativa de investimento quando se apoiava no Estado ou acompanhava os investimentos do capital externo imperialista, permitiu-lhe definir esta forma de capitalismo como “capitalismo dependente-associado”, fundado na aceitação da elite burguesa em ser sócia menor do imperialismo, sem destacar que essa associação não se daria, nunca, por solidariedade. Além disso, essa tese da aceitação obscurece o fato de que as elites burguesas, no Brasil, nasceram subordinadas ao capital internacional. Certamente, para ele, o único caminho

possível para o desenvolvimento, mesmo após a queda da ditadura, só se daria através da associação com o capital externo. Desaparece do horizonte teórico-ideológico qualquer alternativa de ação de outra classe que não a do capital.

FHC manteve forte dubiedade no trato com a questão da emancipação nacional, pois considerava sua efetivação com a complementaridade política, com base na concepção weberiana que ele adotara, de que a política determina a economia. Como o plano econômico havia sido resolvido pelos militares, no período ditatorial, ficou em aberto o plano político a ser completado. É aqui que a contradição toma forma, pois, ao mesmo tempo, ele evidenciava o fato de que o patamar tecnológico e financeiro permanecia sem solução no interior do país, entendimento exposto em seu texto “O modelo político brasileiro”, de 1970. Então, como resolver a emancipação já que esta diz respeito à totalidade social e não somente à política?

Em Ruy Mauro Marini, cuja referência teórica é o conceito de “dependência”, mas em sentido oposto ao de Cardoso, o quadro da realidade brasileira indica a subordinação do capitalismo dependente ao imperialismo, como explicação dessa mesma dependência. Tanto Marini quanto Cardoso vêm rastreando a realidade socioeconômica brasileira pela lupa da dependência e disputando a paternidade dessa conceituação. O que temos de afirmativo é que Cardoso apresentou, em 1967, o livro em conjunto com Enzo Faletto, “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, tendo como resposta, em 1972, o livro de Marini, “Dialética da Dependência”, que despertou um longo debate encerrado em finais dos anos 1970.

Ao desenvolver suas análises apoiado nesse conceito, Marini procurou expor teoricamente as condições gerais da relação dos países latino-americanos com os países europeus sem se preocupar com uma abordagem país-a-país. Assim, a inserção latino-americana na estrutura capitalista européia determinou as funções econômicas cabíveis aos países deste continente. Certamente, tratou-se de uma inserção subordinada, como era tratada a dependência por Marini. Sua análise intervém nas relações dos países latino-americanos com a Europa na fase em que esta está se industrializando, portanto, deixando em aberto um longo período anterior. Ele observou que o processo de industrialização iniciado na Europa ressentiu-se de dificuldades, dada a insuficiente organização produtiva de bens de consumo do trabalho, o que encarecia o valor dos produtos de consumo da força de trabalho. Conforme Marini, a Europa lançou mão da disponibilidade de produtos criados na América Latina, próprios para consumo doméstico, e procurou garantir que essa produção escoasse para seu mercado, em troca

do que aqui não se produzia. Com isso, o Brasil, como os demais países latino-americanos, favoreceria a formação da mais-valia relativa para o capital europeu.

As conseqüências resultantes dessa inserção terão alguns desdobramentos desfavoráveis para a América Latina, pois aqui se formara um mercado para os bens industrializados, enquanto que a parte da produção própria do consumo da força de trabalho, voltada para a exportação, aprofundara-se, facilitando a formação de mais-valia relativa para o capital europeu. Formar-se-ão com este continente trocas desiguais: importaremos produtos com maior valor agregado e exportaremos bens de menor valor agregado, com prejuízo nas balanças comerciais da América Latina. Esta passará a se organizar no interior da nova divisão internacional do trabalho como fornecedora de bens necessários à força de trabalho européia e compradora dos produtos industrializados, cumprindo um papel decisivo no desenvolvimento industrial europeu.

A problemática da troca desigual, que afetou a América Latina submetida a essa lógica, centrou-se na necessidade de se estabelecer um ajuste que reduzisse as perdas internacionais por meio dessas transações. Contudo, não foi através do mercado que esse ajuste se efetivou, mas na exploração interna da força de trabalho. Abrandar as perdas internacionais tornou-se encargo dos trabalhadores, ou seja, a execução da superexploração da força de trabalho nos países da América Latina, como compensação das perdas nas trocas desiguais, aprofundou a desigualdade entre esses continentes. Tal situação consolidou uma forma definida de capitalismo, caracterizado como dependente. Vale notar que Marini é o primeiro analista da realidade brasileira a interferir, corretamente, com a tese da necessidade da superexploração da força de trabalho na constituição da acumulação de capital na América Latina e, por decorrência, no Brasil.

Marini dirá que a América Latina contribuiu para aumentar a parcela da mais-valia geral europeia, reduzindo os lucros para os países latino-americanos. É nessa perspectiva que devemos colocar o foco de sua análise e é dessa perspectiva que emergiu a compreensão da superexploração da força de trabalho nesses países. De maneira que a forma como esses países ingressaram no bojo capitalista internacional desenvolvido dependeu da manutenção de suas economias nos padrões herdados desse período, de acordo com Marini, ou seja, permanente evasão de valor daqui para lá, compensado internamente pelo esmagamento da força de trabalho. Some-se a isso o agravante de que tal estrutura de produção/circulação reduziu brutalmente a necessidade/possibilidade de formação de mercado interno nesses países.

Em países como Brasil, México, Argentina, e outros, os processos de industrialização se assemelham diante da dependência que mantiveram com os europeus desde a sua inserção na economia capitalista. Resultou para a América Latina uma industrialização incapaz de avançar sem os recursos da produção agroexportadora da sua economia, pois criara outra dependência em relação a essa produção. Esse quadro somente se altera no período do entreguerras. Trata-se das dificuldades cada vez maiores para a importação de bens intermediários, que vinham sendo requisitados para abastecer a substituição de importações. Isso abriu a possibilidades de desenvolvimento, nestes países, por meio do reordenamento industrial para dentro, uma vez que a substituição de importações ficou restringida.

Às antigas distinções entre esfera de produção e de circulação, na antiga fase especificamente exportadora, viera se somar uma distinção interna entre altas e baixas esferas de circulação que refletia o padrão industrial de produção aqui instalado. Outra alteração se coloca com a nova divisão internacional do trabalho que muda a estrutura produtiva e a modernização destes países. Aquilo que se tornara foco produtivo na fase de industrialização europeia, bens de consumo, vai sendo transferido para os países latino-americanos, sem que se modificassem as relações sociais e econômicas já incorporadas. Assim, permanece a superexploração da força de trabalho e se mantém a base exportadora para continuidade da importação de bens de produção para industrialização, lógica que não mais se alterou no processo de acumulação de capital.

É difícil deixar de dizer que Caio Prado, nas linhas gerais de sua produção, já havia dominado com larga vantagem teórica essa adstrita exposição de Marini. Com exceção da superexploração da força de trabalho, fortemente assinalada e corretamente definida por ele, Caio Prado abarcou a forma capitalista, na qual se inseriu o Brasil desde a colônia, por ângulos concretos originalmente compreendidos e explicitados, definindo seu lugar histórico naquela totalidade.

Por outro lado, Marini deixa claro que seu trabalho teórico consiste no apoio que busca no arcabouço conceitual de Marx. Contudo, ele aborda alguns conceitos, que remetidos às bases sociais, revelam certa contraditoriedade, como é o caso da categoria do bonapartismo. Deter-nos-emos nesta, pois sua apreensão não pode ser confundida com conceitos referentes à postura pessoal de líderes, como despotismo, prepotência, e outros, que diluem sua concretude. Nota-se que, com Marini, a aplicação do conceito de “autoritarismo”, trazido da estrutura teórica weberiana e posto ao lado da categoria de bonapartismo, obscurece a compreensão desta, dificultando a apreensão dos nexos

históricos que lhe dão sustentação e de sua perspectiva crítica. Certamente, a ditadura militar brasileira invocou em Marini questionamentos legítimos, mas que foram respondidos com dubiedade conceitual. Preocupado com a ditadura de 1964, Marini vasculhará momentos anteriores ao golpe visando a encontrar as condições históricas necessárias para a compreensão desse episódio. Nesse momento, também, evidenciam-se contradições. O autor dirá que Jânio Quadros, após JK, não obteve sucesso na implantação ditatorial pretendida, pela complexidade de tendências contraditórias abertas por ele mesmo, e o controle dessas tendências implicaria o apoio de bases sociais que não conquistou. Então, ele observa:

Abrindo tantas frentes, que despertavam o descontentamento dos mais distintos setores, desde os comunistas, até os de extrema direita, Quadros se escudava só em sua força pessoal, não se preocupando nunca em resguardar-se em um dispositivo político, popular e militar próprio. (MARINI, 1978, p.45)

Marini encaminha a análise do insucesso de Quadros diante das tendências que o período entre 1960 e 1964 apontava para instalação ditatorial, pois o Brasil havia passado por mais de uma tentativa nessa direção e Quadros incorporara esse clima supondo poder executar essa façanha.

Jânio Quadros, que sucedeu, por via eleitoral, a Juscelino Kubitschek [e] representou um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade é tido como progressista, em grau suficiente para obter a adesão das massas... (MARINI, 1978, p.45)

Jânio Quadros não emplacou no poder a ditadura, um bonapartismo *carismático*, e uma vez impedido por ausência de força social de sustentação acaba por renunciar. Considerando que essa passada por alto em sua análise converge para a verdade, a questão que se coloca é exatamente a dualidade conceitual de Marini, que aparece nessa abordagem sobre Quadros, o bonapartismo *carismático*. Parece ser uma tentativa de conciliar a categoria de bonapartismo de Marx com o conceito de dominação carismática de Weber. Não consta em Marx qualquer adjetivação para essa categoria, até porque, como categoria, ela emerge de condições sociais que ou a afirmam como tal ou não. O bonapartismo em Marx define-se por determinação histórica, não por evocação volitiva ou carismática deste ou daquele político. Daí a conciliação dessas expressões serem uma impropriedade teórica por tratarem-se de naturezas opostas. Entretanto, com essa conciliação feita por Marini, aproximamo-nos

não de Marx, mas de Weber, e a categoria de bonapartismo não está inscrita em suas formulações teóricas. Os conceitos weberianos procedem no desfazimento da coisa concreta reconstruída pela abstrata tipificação ideal. Nesse ponto específico, Marini e Cardoso encontram-se na mesma plataforma concepcional frente a esse conceito.

Por outro lado, é preciso distinguir que a noção sobre o atraso socioeconômico e histórico do Brasil, que é tomada igualmente por Marini e Cardoso sob o conceito de dependência, distingue-os, conceitualmente, ao se notar que Marini ajusta esse conceito dentro do quadro da subordinação ao capital imperialista, concretizando sua noção de dependência, enquanto Cardoso vislumbra uma (irrealizável) emancipação política do Brasil, através da associação subordinada com o capital imperialista.

Ao tomar a ditadura no Brasil como objeto de estudo, Marini destaca o potencial militar brasileiro se encaminhando na direção de uma estrutura ditatorial de tipo prussiana, completamente inadequada para o caso colonial brasileiro. Mesmo assim, o autor retira daí sua concepção do que trata por atividade econômica subimperialista, o que cria certo embaraço para a sua própria formulação sobre a dependência como subordinação.

Enfim, Marini adota as teses marxistas para suas elaborações econômicas, sobre a América Latina e Brasil, conduzindo-se com pouco rigor, na medida em que interfere com conceitos abstratos que mais obscurecem que iluminam a realidade concreta. É o caso do uso recorrente, por exemplo, do conceito de “populismo”, de construto típico ideal, de origem weberiana, que o afasta das fundamentações marxistas. Novamente, encontramos Marini e Cardoso em identidade conceitual na utilização do conceito de base típico ideal do populismo. Certamente, suas distinções mais agudas remetem à questão da superação da dependência pautada como subordinação em Marini, cuja superação vai depender da revolução socialista, enquanto Cardoso, ao contrário, vê na associação dos capitais nacional e imperialista a condição para emancipação nacional, como vimos anteriormente.

ECONOMIA, AUTOCRACIA E DITADURA

A história político-econômica brasileira permite verificar a radical ausência de democracia que nos domina desde a fase escravocrata. Procuramos indicar aqui alguns traços que marcaram as atividades políticas e econômicas nesta realidade social radicalmente antidemocrática. O período de quase quatro séculos de escravidão esteve

sujeito à rígida forma ditatorial de poder, uma vez que a dominação de classe, nessas condições societárias, somente poderia encontrar garantia por meio da violência. Esse longo período de economia escravista injunziu a exclusão de qualquer modelo político-democrático, pela impossibilidade intrínseca às relações (des)humanas vigentes nessas condições. Na sequência, após a abolição, a estrutura política republicana estabeleceu-se por meio de dois sucessivos golpes militares, obviamente de padrão ditatorial de curto tempo. Esse período contou com uma ebulição social composta pela oposição entre monarquistas e republicanos, ao lado da necessária imigração, após a emancipação dos escravos. Esse conjunto de fenômenos políticos apontava para instabilidades produtivas, profundamente negativas para um país cuja exportação é que mantinha o elo entre esta economia e o capital internacional, fonte vital de acumulação de capital para o Brasil.

Impedir a restauração do escravismo e reduzir as comoções sociais pró-monarquistas, conduziu o militar Deodoro da Fonseca, seguido por Floriano Peixoto, a golpes políticos bonapartistas, na imediata instalação do estado republicano.

Em seguida, desponta um período de fachada liberal, que até meados de 1930 promoveu sua indisfarçada política autocrática. Nesse período, os movimentos sociais e do trabalho, diante da ausência de regulamentação trabalhista, na maioria dos casos eram aferidos como caso de polícia, coibidos e devidamente punidos. Com a vitória de Vargas, mantido o liberalismo como tudo o mais, incluem-se as contradições entre os segmentos produtivos agrários e a industrialização germinal, dependente em grande parte de matéria-prima importada, a crise cafeeira e seus efeitos negativos para toda a economia, a ausência de apoio ao seu projeto de desenvolvimento, tudo isso o conduz ao golpe ditatorial. Observemos que, o projeto industrial contido na política varguista enfrentará contradições próprias da origem colonial do país, embora constitua um marco no seu desenvolvimento econômico.

É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardadoras e retardatárias, configurantes do *capitalismo híper-tardio* brasileiro, que se põe a industrialização (...) de tal forma que a Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura. (CHASIN, 2000, p.57)

A partir de 1937, com a emergência de uma perspectiva econômica industrial nacional, a ditadura varguista restringirá os movimentos sindicais de trabalhadores,

afastará as bases populares da política e garantirá uma acumulação pró-industrial apoiada na exportação agrária. Iniciar a implantação das indústrias de base, mantendo a presença do capital externo no Brasil, será mais um componente da complexidade que enfrentava. A solidificação política ditatorial acompanha sua luta pelo desenvolvimento dentro de uma realidade ultra tardia, composta por múltiplos interesses contraditórios.

Mesmo assim, Vargas projeta a estruturação de dois pólos departamentais para a industrialização: a formação de um núcleo industrial de base, produtor de aço, petróleo, química e energia; noutro, a manutenção das indústrias domésticas para o mercado interno e a presença do Estado no atendimento das necessidades sociais básicas como moradia, educação, saúde, transporte, etc., com o que reduzia o custo da mão de obra nas indústrias. Vargas manteve em plano secundário uma iniciativa de investimento na produção de bens duráveis e de luxo. Esses bens seriam de responsabilidade dos interessados, através da importação, atendendo às coberturas cambiais exigidas por lei.

Tal equação política apenas poderia ser conduzida ditatorialmente, conforme seu entendimento, ditadura que somente seria rompida com sua deposição em 1945. O período de 1954/1964 promove a inflexão da perspectiva política de Getúlio, até porque as forças sociais necessárias para sustentação de seus projetos encontravam-se esgarçadas, não tendo mais consistência para sua retomada. Getúlio apela para apoio político popular, mas, mesmo sendo um grande nacionalista, teve que transigir com os segmentos agroexportadores, que estavam associados ao imperialismo no seu segundo governo. Por fim, numa tentativa agônica de emancipar o Brasil do jugo imperialista e agroexportador, e sendo atacado brutalmente pelas forças do imperialismo representadas internamente, acaba cometendo suicídio.

A gestão político-econômica posterior impôs ao Brasil um novo projeto socioeconômico que, gestado no interior de instituições militares e civis, que davam prioridade ao capital externo, acolheram sem ponderar a nova divisão do trabalho internacional, que promoveu o novo padrão tecnológico industrial, tudo isso com aprofundamento do setor agroexportador e da subordinação imperialista associada a este último. O novo padrão de acumulação de capital subsume, com Kubitschek, o velho esforço exportador. O crescimento econômico se fez sem desenvolvimento social, situação histórica trivial contra o trabalho, agravada pela velha relação de subordinação ao imperialismo, processo que mais tarde será aprofundado pela ditadura de 1964.

Certamente, toda a modificação na estrutura departamental em andamento, processada por JK, somente pôde se efetivar na total ausência de qualquer traço

democrático. Ao contrário, essa reorientação foi desenvolvida sob o poder de um estado autocrático, na garantia de sua subordinação ao imperialismo e afastamento político das massas trabalhadoras, permitindo que se passasse para um modelo econômico oposto ao projetado no governo anterior, como se o país estivesse agora apenas auferindo as vantagens da modernidade tecnológica. A transição operada por JK instalou o DIII, importando montadoras automobilísticas e produtoras de bens de luxo, ampliando o endividamento externo. Expulsou o DI, departamento industrial produtor de bens de base, organizado por Getúlio, para fora das fronteiras nacionais, levando o país a importar esses bens das empresas multinacionais congruentes com as indústrias que foram internalizadas. Restringiu, por fim, o investimento no DII, produtor de bens populares não duráveis, desfalcando ainda mais a fonte própria do mercado interno da força de trabalho. Com procedimento politicista fez parecer que essa implantação industrial fosse expressão de um avanço e não de uma ruptura radical com o padrão de acumulação que vinha se efetivando com peso no desenvolvimento para dentro.

O conceito de politicismo, citado acima, expressa as ações políticas expostas nesse momento da história econômica brasileira, mas que se reproduz nos momentos seguintes, pois se trata de uma posição ideológica deformativa do real, encontrada na base do pensamento das classes dominantes e seus representantes políticos. Qual seu sentido e significado?

Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional. (...) Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político. (CHASIN, 2000, p. 123/124)

O politicismo não deixa de ser o inverso do economicismo. Lênin havia criticado em “O que fazer?”, de 1902, as posições economicistas tomadas pelos Mencheviques, considerando-as como uma variante russa do oportunismo internacional. Estes partiram do social-democrata Bernstein, tomando o econômico como o núcleo gestor fundamental do capitalismo, isolando a política e, por consequência, as ações políticas revolucionárias anticapitalistas, o que denota os resultados da ação orientada pelo economicismo.

O crescimento econômico e a atualização tecnológica que se formaram, a partir de então, ampliaram o endividamento externo, aprofundaram a subordinação externa e

agravaram a exclusão social. Além disso, a orientação politicista gerou como resultado a camuflagem e o altíssimo padrão repressivo, peculiar à autocracia, dissimulando a ação de rejeição dos setores populares que o próprio projeto implantado constituía. De forma que, ficou disfarçado o fato de que sob a moderna tecnologia industrial apenas patinamos na história, regredindo socialmente.

A ditadura que se pôs no poder por meio do golpe bonapartista, em 1964, eliminou as brechas políticas restantes do estado autocrático, com o fechamento do Congresso, intervenção nos sindicatos do trabalho, redução política ao bipartidarismo, perseguição política, prisão, tortura e morte dos que, arbitrariamente, eram tachados de comunistas e inimigos internos. O padrão de acumulação econômico vindo com JK foi aprofundado e as parcas retomadas progressistas de Goulart desmontadas. As forças conservadoras do capital privado e imperialista, das instituições públicas e militares, do clero, etc., desfecharam ataques políticos violentos às posições socialmente progressistas de Goulart, como elevação salarial, interferência e retomada do projeto de instalação das indústrias de base, o que resultou na sua deposição seguida do golpe militar ditatorial.

O BONAPARTISMO DE 1964

A repressão que se segue a esse novo regime ditatorial restringiu ainda mais as ações do trabalho. O arrocho salarial se tornou uma condição decisiva da economia da ditadura, que intensificou a superexploração da força de trabalho ao lado de sornateira corrupção, sempre negada, mas executada com esmero pelos militares no poder.

Uma resumida nota sobre o bonapartismo instalado pelos militares de 1964, em cotejo com a análise marxiana do bonapartismo francês, ajuda-nos a confirmar a inerência da corrupção no interior das ditaduras. Ao examinar, no momento de seu nascimento, o Estado bonapartista francês:

Marx mostra que todo o Estado mergulhara na lama, tornando-se um viveiro de corrupções, no qual tudo se torna parte da instituição do suborno. “Todo posto do exército ou na máquina do Estado converte-se em meio de suborno”. Mas não era a presença, no cume do Estado, de um indivíduo tão medíocre, aventureiro e venal como Luís Bonaparte que gerava a corrupção; ao contrário, carregando consigo a corrupção inerente à sociedade civil da qual brotava, esta forma do Estado necessitava, para compô-la, de indivíduos corruptos, de um “bando de patifes”, de uma malta “desmoralizada e rapace”. (COTRIM, 2019(b), p.65)

Do ponto de vista da política ditatorial de 1964, a repressão física e ideológica tomou corpo e se expandiu pela realidade brasileira. O desbotado argumento da existência de inimigo interno, de comunistas, deu livre curso às ações contra todos os que, por distintas razões, rejeitavam a subserviência aos EUA e lutavam contra o golpe arquitetado e executado pelos militares, cujo objetivo reafirmava o entreguismo contido em seu projeto econômico.

Politicistas, os militares fantasiaram o discurso político com tom patriótico e megalômano, promoveram o fechamento do congresso, o terror de estado em nome da luta contra o inimigo interno, associaram-se aos militares de países latino-americanos, nas ações repressivas, como a Operação Condor, OBAN, entre muitas outras. Foi aprofundada a subordinação ao capital imperialista, reafirmada a lei de greve, a reforma educacional e tantas outras arbitrariedades com vistas ao impedimento das movimentações políticas, das modificações culturais, da luta de comunistas e marxistas, até então presentes em nossa cultura. Esses padrões se repetiram nos estados bonapartistas instituídos na América Latina, além disso, os militares bonapartistas proclamaram-se os gendarmes da América Latina para assuntos de repressão ideológica às esquerdas, aos subversivos, subordinando-se à perspectiva anticomunista e repressiva determinada pelos EUA.

Mantendo e desdobrando suas ações repressoras e opressoras, os militares desenvolveram um projeto econômico aprofundando a tradicional plataforma de sustentação: superexploração da força de trabalho, endividamento externo, subordinação externa e a agroexportação. Neste último caso, eles consagraram seu projeto com a frase icônica para o período de “Brasil celeiro do mundo”, a qual se identificava com a velha formulação conservadora dos anos 1930 sobre a falsa “vocação agrária” do homem brasileiro.

O núcleo relevante de seu projeto econômico foi tratado por “milagre brasileiro”, termo utilizado pelos países de destacado desenvolvimento como Alemanha, EUA e Japão, nas décadas de 1960, quando o crescimento econômico desses países ultrapassava a média mundial de 5 a 6% ao ano. Aquele nome de batismo serviu de cópia adulterada para celebrar um crescimento semelhante, no período de 1968 a 1973, que não se traduziu em progresso social, ao contrário, vide a superexplora o da força de trabalho e a brutal queda na qualidade de vida das massas populares. Seu duplo fracasso, como definiu Chasin, deu-se pela exclusão das massas trabalhadoras desde a

implantação desse modelo econômico, e pela curta duração da alta acumulação, além das consequências que causou nos seus poucos anos de vigência. Certamente, a dissidência do poder operada pelos militares contou, entre outras coisas, com esse rotundo fracasso do seu projeto econômico.

Ao lado das ações repressivas, das torturas, do assassinato, foi lançado, em 1968, o modelo econômico dos militares batizado de *Milagre Brasileiro*, de forma que o “milagre” nasce no seio da ditadura, formando com ela uma inextrincável identidade. Chasin dirá que:

Assim é, para só falar da nossa história republicana, desde a máscara democrático-liberal da República Velha, até a ditadura explícita da última década e tanto. Em poucas palavras, e só para lembrar os períodos dominantes e mais decisivos do nosso processo econômico-social: sucessivamente tivemos o “milagre” da cana-de-açúcar, o “milagre” da mineração, o “milagre” do café, e finalmente, dentro do “milagre” da industrialização subordinada ao imperialismo, o menor e mais curto de todos, o “milagre” de 1968 a 1973. (CHASIN, 2000, p.59/60)

O modelo econômico da ditadura tratado por “milagre” não pôde se estabelecer com a consistência apregoada pelos militares, pois, em pouco tempo, apresentar-se-á em grave crise. Diz Chasin novamente:

A crise atual é a crise do último “milagre”, e não, portanto, uma crise à superfície das instituições. É o fracasso de uma política econômica, o fracasso do que, numa terminologia errônea, vem sendo chamado de “modelo”... (CHASIN, 2000, p.61)

Essa crise que ocupara o centro das atenções dos vários segmentos sociais brasileiros conduziu o “milagre” ao seu insucesso. Compreender seu fracasso demanda a captação dos alicerces sobre os quais foi construído. Chasin pergunta: “No que foi, então, o ‘milagre’ um sucesso?” (CHASIN, 2000, p.70). De início, a necessidade de ampliar mercado levou os militares a se aproveitarem das disponibilidades de capital externo “barato”, conforme indicava o então ministro Delfim Netto, o que permitia um rearranjo na ordem produtiva que capacitasse o Brasil a enfrentar a concorrência internacional em melhores condições. Certamente, tais condições implicavam numa contrapartida, que foi a subvalorização dos nossos produtos para o mercado externo, contrapartida não correspondida quando a operação se dava no fluxo inverso. Submetendo vários segmentos sociais a sacrifícios irreversíveis, o modelo econômico da ditadura conseguiu promover uma acumulação de capital superior às percebidas há décadas. Embora volumosa, essa acumulação de capital não pôde fazer frente aos

compromissos criados, desde sua implantação, em virtude das contradições constantes no próprio modelo. Apoiado em Chasin, temos que:

O “milagre”, pois, é um milagre sobretudo para o capital financeiro internacional, sob a condição de que veja constantemente assegurada a certeza de que os mecanismos econômicos montados produzam e reproduzam a captação dos dólares necessários para “remunerá-los”. E é precisamente o contrário disto que hoje se verifica, num processo que vem-se explicitando cada vez mais agudamente desde os primeiros momentos do governo Geisel. Numa palavra, o “milagre” incompatibilizou-se consigo mesmo. Não é mais capaz de ir reproduzindo os passos do processo de acumulação, contradizendo a si mesmo. (CHASIN, 2000, p.70)

Trafegando por caminhos altamente contraditórios, o “milagroso” modelo econômico da ditadura encontrou, após cinco anos de acumulação, os limites para sua continuidade. Esses limites existiram desde o início, na teleologia que o orientou, pois é dele que emerge o que Chasin tratou por duplo fracasso do modelo econômico da ditadura militar. Observemos que é produto do fracasso do “milagre” a autofagia, que se repete quase cinquenta anos após sua primeira manifestação, na crise cafeeira, agora em meio à alta produção automobilística. Vimos, então, o sentido e significado do que foi tratado por Chasin por “sucesso” do “milagre”. Cabe expor o seu duplo fracasso, nas palavras de Chasin:

Sintetizando as duas formas de fracasso do “milagre”: do ponto de vista das necessidades gerais da nação, ele é um fracasso como projeto e organização da produção, consideradas as necessidades das classes subalternas, numa palavra, do conjunto do povo brasileiro; é também um fracasso, ao cabo de poucos anos, quando se consideram, a partir de 73, as exigências naturais do próprio capital: a acumulação deste é entravada pela própria estrutura de produção que durante certo tempo o beneficiou larga e exclusivamente. Em suma: o “milagre” fracassa como projeto e prática do desenvolvimento nacional, dado ter por base insuperável a exclusão da maioria do povo brasileiro desse desenvolvimento, e fracassa também, esgotando rapidamente suas possibilidades, mesmo como simples forma restritamente voltada apenas para a acumulação do capital. (CHASIN, 2000, p.63)

A percepção dos militares sobre o fracasso de seu modelo econômico, através das múltiplas vozes críticas, fez com que iniciassem o caminho de volta.

Em finais da década de setenta despontam movimentos grevistas vigorosos, conscientes e bem organizados, que foram ocupando a cena política do país. A ditadura já percorrera uma década e meia quando despertam os movimentos grevistas enfrentando o sufoco e a fome produzida pela superexploração da força de trabalho. Os

trabalhadores “germinaram como semente sob a neve”, dizia Florestan Fernandes, naquele período, frente às organizações operárias em dinâmica. Foi um momento de suma importância na nossa história política, pois, os trabalhadores tocaram no busílis do problema, isto é, as condições de vida da população e dos trabalhadores em geral foram esmagadas ao limite máximo pelo modelo econômico, imposto pela ditadura. Esse nexos, que não havia sido elaborado teoricamente, ficou exposto pela prática da luta política dos trabalhadores, que demonstraram a responsabilidade do modelo econômico na determinação das suas péssimas condições de vida, permitindo compreender que a depauperação social resultava das exigências de acumulação do capital postas pelo modelo econômico militar. A ação grevista dos trabalhadores “quebrou as pernas do modelo econômico militar”, observou Chasin em suas análises. Foram se evidenciando as razões do padecimento social das massas trabalhadoras, abrindo a possibilidade de ruptura com aquele modelo político-econômico, bem como explicitando a fragilidade do padrão capitalista aqui vigente:

Romper com a transição pelo alto e caminhar para a conquista da democracia foi uma possibilidade objetivamente presente, em especial com a retomada do movimento grevista no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Essas greves foram a negação viva da separação entre as relações econômicas e as políticas e chegaram a alterar a correlação de forças, até então francamente favorável à ditadura e a sua transição pelo alto, ao tocarem no cerne do problema: a fome, produzida pela superexploração da força de trabalho e o ordenamento econômico apoiado nela. (COTRIM, 2019(b), p.58)

A organização operário-sindical resultara dos movimentos e enfrentamento dos trabalhadores no resgate daquilo que lhes fora arrancado pelo arrocho salarial e que causara o profundo empobrecimento, fome, mortalidade infantil, redução das moradias à favela, etc. Na prática, o que fizeram foi atacar diretamente as contradições econômicas da ditadura, do seu modelo concentrador e excludente apoiado na superexploração da força de trabalho. Os trabalhadores haviam lançado suas marretas contra os pilares da ditadura, criando aberturas que puderam ser aproveitadas pelos demais segmentos oprimidos da sociedade na luta por seus direitos.

A ação dos trabalhadores respondia ao sufoco sofrido pelas rudes agressões a sua sobrevivência nos longos e horríveis anos vividos sob a ditadura desde 1964. Os militares se sustentaram no poder, até aquele momento, pois, assumiram o processo de

acumulação de capital, por meio da contraditória produção automobilística e de bens de luxo, geradores de profundas evasões de capital e formação de dívida.

Além disso, o peso fundamental das greves permitiu abrir para as denúncias de torturas, desaparecimento de trabalhadores, de intelectuais, de sindicalistas e outros ativistas, pelo terror de estado que havia sido instalado.

Havia uma acumulação de forças políticas pelos trabalhadores desde meados da década de setenta, que permitiu reiniciar o enfrentamento com o capital, como as greves dos “braços cruzados” e outras formas que não feriam, naquele momento, a Lei de Greve. Lenta e consistentemente as ações foram sendo retomadas, o que permitiu compreender que somente por meio da greve é que se poderia derrotar essa própria Lei.

Esses movimentos despertaram a atenção dos segmentos sociais críticos à ditadura, grande parte dos intelectuais, sindicalistas, estudantes, artistas, trabalhadores liberais, passaram a depositar seu apoio aos trabalhadores grevistas reconhecendo sua coragem ao se exporem diante das forças militares, reconhecendo o significado de sua ação contra a ditadura.

Tivemos mais de vinte anos de atraso social, político e econômico, a despeito do avanço tecnológico que, entretanto, trouxe-nos endividamento e consolidação da subordinação ao capital imperialista. Este foi o resultado desse regime, que mesmo após seu refluxo, não resgatou qualquer aspecto democrático, obviamente porque este nunca se instalara no país. Nesse período, as oposições haviam já se manifestado sob forma politicista, portanto, suas lutas políticas permaneceram nos limites de uma defesa abstrata da democracia, sem compreenderem que a presença ditatorial entremeada por períodos de dominação autocrática ocupou toda a história política brasileira desde sempre. O arrefecimento político não passava de uma transição da ditadura para a histórica estrutura autocrática, agora em institucionalização.

O combate à ditadura bonapartista deveria atingir, portanto, o campo das relações sociais de produção e reprodução da vida, no qual ela se enraizava e que configuram sua real fisionomia política. No entanto, tal combate se limitou, com raras exceções, a reivindicar a democracia política sem questionar suas condições de possibilidade. (COTRIM, 2019(b), p.55)

A persistência autocrática e a superexploração da força de trabalho que se seguiram à saída dos militares do poder, diante do fracasso do “milagre”, permitiram a confirmação da especificidade da via colonial contrária ao progresso social, progresso

esse relativamente alcançado pelos países como a Itália, tardio ou de via prussiana de instalação capitalista.

O contraste entre a via clássica e a via prussiana, identificado por Marx (2010), põe em evidência esse problema: cada modo de objetivação do capitalismo gera margens mais largas ou mais restritas de progresso social e determina os patamares a partir dos quais cada uma das burguesias tem sua existência posta em xeque. (...) O sempre atrofico capitalismo brasileiro e o processo histórico de sua objetivação, a via colonial (CHASIN, 2000) realizam de um modo peculiar o caráter contraditório do capitalismo. (COTRIM, 2019(b), p.55)

Certamente, posição como esta, sobre a forma e dinâmica do capital atrofico no Brasil, não é apenas referência para uma trajetória teórica, para uma análise de realidade, embora seja, sem dúvida, fundamental para esse empreendimento, mas antes de mais nada, é condição ideológica formativa incontornável para uma correta intervenção na realidade político-econômica de que se trata. Assim,

A desconsideração desse complexo determinativo tem condenado ao fracasso teórico e prático o conjunto das tentativas políticas que de algum modo pretendem representar uma posição de esquerda. (CHASIN, 2000, p.221)

Na primeira metade da década de 1980, o regime político transitou do bonapartismo para a autocracia institucionalizada, como vimos, ao mesmo tempo em que, com o fracasso do “milagre”, restaram as pendências negativas promovidas pelo modelo econômico a serem resolvidas, como endividamento externo, explosão inflacionária, desvalorização cambial, as correções monetárias da ditadura, como tarefa dos governos pós-ditadura. Apenas a autorreforma permaneceu como responsabilidade dos militares na transição. As relações sociais capitalistas permaneceram contendo em sua base o capital aqui formatado historicamente, o capital atrofico. De maneira que, a autorreforma manteve categorias antidemocráticas como garantia de continuidade das demandas próprias desse capital, como por exemplo, impedir a participação popular nos benefícios da modernização, etc. Observemos que, como todo capital, a forma atrofica reúne o conjunto de relações sociais que lhe são peculiares, como peculiar também é o solo histórico do qual deriva, se reproduz e se alimenta. Não sendo produto de atores revolucionários, ao contrário, suas *personae* são avessas a qualquer revolução, identificando-se, na plenitude, com essa forma de capital que manifesta sua atrofia pela consciência retrógrada das elites burguesas que o ativam e dele se nutrem.

Os procedimentos expostos pelas elites do capital atrofico refletem sua subordinação diante do capital em geral. Sua particularização enfeixa-se no quadro de debilidades, postas desde sua origem, por sua sujeição ao capital externo, que retroalimenta sua impotência. Impotente, esse capital e seus proprietários participam do capitalismo universal de forma restrita. Não houve em nossa história luta de defesa emancipatória nacional por parte desta elite burguesa, apenas uma afônica continuidade do *status quo*, em consonância com a passiva associação internacional, que confirma seu caráter subalterno. O mesmo resulta com a forma de Estado, com as relações políticas no interior do país. A profunda rejeição a qualquer dinamismo que ameace a rígida hierarquia da relação capital/trabalho é motivo para enrijecimento das relações políticas contra o setor popular e do trabalho. O capital atrofico não pode comportar qualquer flexibilidade que o afete, dado sua debilidade congênita que impede a conquista da mais elementar democracia. A garantia do capital atrofico exige rígido controle, seja por regimes ditatoriais, em momentos históricos de ameaça, ou autocráticos, em momentos de paz, como indicou Chasin. Sumariamente, na forma atrofica do capital reside a insuficiência de condições necessárias à vida das massas populares e trabalhadoras, a ausência de uma base de sustentação, de educação, de saúde e a inevitável presença da superexploração da força de trabalho. À sua atrofia corresponde a constante exclusão humana, a repressão policialesca, física e ideológica, que completa o circuito do capital atrofico para garantia de sua continuidade genética, ou seja,

Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des) ordem social e política, a reiteração da exclusão entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica... (CHASIN, 2000, p.221)

Considerada nessa relação contraditória, própria dessa forma de capital, e da estrutura capitalista subordinada, o peso e a importância de uma *evolução nacional* podem muito bem ser postas em dúvida:

Em síntese, à *via colonial* de efetivação do capitalismo é inerente o estrangulamento da potência auto-reprodutiva do capital, a limitação acentuada da sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória. (CHASIN, 2000, p.221)

As condições socioeconômicas deixadas por essa objetivação de capitalismo pela via colonial podem ser sumariamente caracterizadas como: processo de

industrialização hiper-retardatário, sem ruptura revolucionária, em que o novo (a industrialização) subordina-se ao velho (uma estrutura latifundiária agroexportadora posta desde o início pelo capital externo), tudo isso conservado e apoiado na superexploração da força de trabalho e na subordinação ao capital externo.

A burguesia industrial, tal como a agrária, nasceu e se desenvolveu submetida aos interesses do capital externo, pela mediação da agroexportação. O conjunto da classe burguesa constituída nesse quadro não pode cumprir as tarefas compulsórias às burguesias em geral, econômicas e políticas (implante autônomo do capitalismo e instalação da democracia), isto é, não pode completar o capitalismo industrial de modo a, nos limites inerentes a esse modo de produção, integrar economicamente a classe trabalhadora; em outras palavras, impulsionar um desenvolvimento econômico com progresso social. Ao contrário, aqui a industrialização, apoiada na superexploração da força de trabalho, efetiva-se em oposição ao progresso social e recebe a garantia de sua manutenção pelos instrumentos políticos da autocracia e das ditaduras.

Incapaz de completar suas tarefas econômicas é tanto mais incapaz de cumprir as tarefas políticas, isto é, organizar seu domínio sob forma democrática, mesmo com todas as limitações da democracia liberal. A exclusão econômica dos trabalhadores é a matriz de sua exclusão política. Assim, tanto quanto os “milagres econômicos” também se reiteram as ditaduras, desde as formas políticas vigentes nos períodos colonial e imperial, assentadas sobre o trabalho escravo, até o período republicano, cuja maior parte decorreu sob formas políticas ditatoriais, explícitas ou mal-veladas. (COTRIM, 2019(a), p. 19/20)

De forma que, ao se afastar do poder os militares, não resgataram aquilo que não havia existido anteriormente, fizeram sim uma “transição transada”, como disse Florestan Fernandes, uma abertura pelo alto e sob seu controle, atualizando e aperfeiçoando a autocracia, dando-lhe nova roupagem, como indicou Chasin, ao qualificá-la institucionalmente, confirmando o histórico movimento pendular que ora se articula politicamente sob uma autocracia institucionalizada ora afronta os setores sociais em oposição aos interesses imperialistas, submetendo-os às formas ditatoriais. Chasin observa que:

Numa reafirmação de seus propósitos institucionalizadores, anunciados e repetidos desde 73, de seus objetivos de “aperfeiçoamento democrático”, Geisel expressa agora que as “leis de exceção” podem ser substituídas por dispositivos constitucionais que garantam os “princípios e idéias de 64”. Em outros termos: a ditadura julga possível e conveniente consolidar suas diretrizes globais sob forma do Estado de Direto. No que realizam velho e

acalentado projeto e cujo enunciado já se encontra na *Geopolítica* de Golbery do Couto e Silva, quando afirma que não é possível deter o poder para todo o sempre, sob a forma de excepcionalidade. Institucionalizar os projetos de 64 foi, aliás, propósito tentado desde os tempos castelistas e não é casual que Geisel, Golbery, Cordeiro de Farias etc. tenham pertencido a esta “equipe”. (CHASIN, 2000, p.73)

Os militares asseguraram, ao se afastarem, a credibilidade para promoverem a transição do bonapartismo para a autocracia institucionalizada. A manipulação politicista, militar e burguesa, facilitou a ingênuos e à nova esquerda acharem que se tratava de uma transição democrática. Mesmo depois de todo processo ditatorial, parece não ter ficado evidente o caráter ferozmente antidemocrático das elites burguesas. Se à velha esquerda a complementação do plano econômico se tornara pólo de luta, pela impossível emancipação nacional, a nova esquerda passou a brandir armas pela complementação política, reafirmando sua sujeição ideológica e pragmática ao politicismo.

AUSÊNCIA REITERADA DE PROJETO INDUSTRIAL

Reencontramo-nos com as lacunas estruturais oriundas do fracasso do “milagre”. Uma das pontas do retrocesso socioeconômico brasileiro reside no seu núcleo tecnológico há muito negligenciado, deixado a um dinamismo vegetativo, já que nenhum projeto de desenvolvimento produtivo novo foi efetivado após a iniciativa militar da década de 1970. Não é novidade que o núcleo industrial da economia capitalista, qualquer que seja sua especificidade histórica, hipertardia, tardia ou clássica, remete-nos ao capital produtivo, e é da política a ele dispensada que se colhe os resultados, melhores ou piores, na economia, já que é em suas operações que se cria a mais-valia que se propaga para os outros segmentos do capital.

É sabido, também, que a forma financeira do capital, capital monopólico, imperialista constitui a base do desempenho dominante da globalidade do capital. O capital financeiro esteve sempre disponível, com função exatamente de financiar o comércio e a indústria. Caminho que lhe possibilita participação dos ganhos de capital desses segmentos. O que não quer dizer, muito longe disso, que o capital produtivo está deslocado de sua posição hierárquica no interior da lógica do capital. Não podemos negligenciar o fato de que sem esse núcleo produtor e reprodutor os demais segmentos, mesmo o financeiro, retrocedem.

A radical ausência de política industrial, característica da elite burguesa retardatária, que permaneceu sempre na espera de que o capital financeiro externo promovesse um dinamismo econômico produtivo, comprometeu gravemente a realidade socioeconômica brasileira, afetando diretamente os setores menos favorecidos, como nos tem indicado um conjunto de análises econômicas. Não há nenhum projeto de retomada das relações produtivas industriais, apenas a manutenção do movimento de expansão e contração da contraditória indústria brasileira.

Vivemos no Brasil, a partir do encerramento da ditadura, um conjunto sucessivo de planos de estabilização financeira, cambial e monetária, sem que as bases tecnológicas e industriais recebessem a atenção política necessária. Dito de outra forma, não houve empenho institucional ou particular interessado em incrementar o capital produtivo, até porque as elites burguesas pautam-se nas exportações de *commodities* como polo dinâmico da economia. Some-se a isso a total ausência de compromisso do capital financeiro existente nos bancos nacionais, propriedade da burguesia brasileira, economicamente liberal, com as operações produtivas.

Avançando cronologicamente, podemos compreender os efeitos das brechas deixadas pelas políticas industriais pretéritas. João P. Romero, analista pesquisador da UFMG, observa que:

De 2015 para cá, voltamos a perder competitividade nas indústrias de média e alta tecnologia. Nos governos Temer e Bolsonaro, ao contrário do que tem ocorrido na China, na Europa e em outros países, políticas voltadas para a elevação da competitividade tecnológica da produção nacional foram completamente abandonadas. (ROMERO, 2020, s/p.)

O abandono de políticas nessa direção se torna visível quando nos detemos na brutal redução da aplicação dos recursos governamentais em Ciência, Tecnologia e Infraestrutura, afirma ainda esse pesquisador, e observando o comércio mundial, ele indica um forte declínio na participação numérica de indústrias competitivas de produção nacional:

Entre 2015 e 2018, último ano com dados de comércio mundial disponíveis, tivemos uma queda considerável das indústrias competitivas. Em termos absolutos, num total de 774 produtos, saímos de 155 indústrias competitivas em 2015 para 130 em 2018. Uma queda de 16%. (ROMERO, 2020, s/p.)

Mesmo diante desse quadro de estatísticas negativas, a imobilidade governamental impressiona e alarma pesquisadores desse segmento.

Porém, a aquisição de competitividade em indústrias complexas ou de alta tecnologia não é tarefa fácil. Essas indústrias requerem o emprego de trabalhadores qualificados, conhecimento científico e fartos gastos em P&D – áreas em que o governo Bolsonaro vem reduzindo investimentos. (ROMERO, 2020, s/p.)

Resulta da ausência de investimento no desenvolvimento industrial o declínio da nossa posição no mercado externo, como segue:

Estamos hoje na mesma distância do líder, a Alemanha, que estávamos em 1985. Enquanto isso, a China, com seu amplo aparato estatal de planejamento, ultrapassou o Brasil ainda na década de 1990 e já se aproxima da liderança. (ROMERO, 2020, s/p.)

Vale lembrar que, várias análises de pensadores críticos dos anos 1980, demonstraram, à exaustão, a atração das elites burguesas pela produção de *commodities*, fenômeno econômico que sempre alicerçou os projetos e ação dessa burguesia, por séculos, e se reinstala nos finais do século XX, retomando sua hegemonia econômica, num momento em que as exigências tecnológicas demandam atenção e investimento. É nesse momento que essa classe dominante escolhe o caminho mais fácil, aquele que não exige empenho na diversificação tecnológica, para adquirir maior equilíbrio econômico. Mas, o resultado de sua opção mostra a perda de posição no mercado externo que se reflete, também, no desempenho da balança comercial e, conseqüentemente, no PIB, piorando as condições de vida geral da população.

A perda de competitividade da manufatura explica boa parte da piora recente na balança comercial brasileira. Mesmo com câmbio desvalorizado e crescimento abaixo do mundial, o deficit comercial brasileiro em manufaturados aumentou de US\$ 0,5 bilhão em 2017 para US\$ 22,9 bilhões em 2018, e continuou crescendo em 2019, chegando a US\$ 31,3 bilhões. A balança comercial de bens de média e alta tecnologia apresenta situação ainda mais grave: seu deficit aumentou de US\$ 39,5 bilhões em 2016 para US\$ 68,5 bilhões em 2019. (ROMERO, 2020, s/p.)

Temos aí o resultado da ausência da política industrial brasileira, nas pesquisas de João P. Romero, da UFMG. Contudo, queremos problematizar a aplicação e reorientação política necessárias para resolução da questão. Recordando Celso Furtado, e seu excelente projeto de um modelo econômico voltado para dentro, confrontando o modelo econômico de JK, no período de Goulart, antes da ditadura militar. Sabemos que seu projeto não teve êxito, e podemos até tributar ao golpe

ditatorial, mas a questão era outra: apoiado em quais forças sociais poderia Furtado sustentar seu projeto? Certamente, não lançou mão dos setores popular e do trabalho, dos sindicatos, que poderiam, eventualmente, dar apoio ao projeto. Um modelo dessa natureza somente poderia ser executado com apoio e incorporação dos setores do trabalho, com um padrão produtivo destinado a esse segmento social. Implicaria também, naquele momento, a reversão parcial, via financiamento estatal, do novo modelo que seria instalado em paralelo ao existente, com base nas perspectivas político-econômicas do trabalhismo, de origem getulista. Mas, como proceder a uma modificação dessa envergadura com uma elite burguesa parasitária como esta? Deriva daí o questionamento sobre a existência do setor que seria capaz de dar guarida a tal projeto. Observemos que FHC acolheu, em sua teorização, a subsunção das elites burguesas ao imperialismo, sem propor nenhuma alternativa, bastando recordar que a sua perspectiva analítica para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro foi de associacionismo entre capitais nacional e imperialista (dominante) como base para o desenvolvimento brasileiro. Além disso, desde a gestão JK, as perspectivas econômicas nacionalistas saíram da cena política, pois a elite burguesa considerou que aquela etapa da industrialização equacionara de vez a economia. Da mesma maneira, assim como antes, a suposição de que existiriam condições objetivas para o desenvolvimento tecnológico e, portanto, de progresso industrial, deixa a mesma ponderação em aberto: quais as forças sociais enfrentariam hoje esse desafio, especialmente diante desta elite burguesa parasitária?

Por outro lado, os governos civis, após a saída dos militares, pautaram seus projetos econômicos na exportação de *commodities*, e se enalteceram com os bons resultados. Estranhados e politicizados, os políticos e gestores brasileiros que vieram após FHC, esqueceram ou nem notaram a profunda derrota deste último diante de sua política, no início de seu governo, cujo slogan era: “exportador já ganhou muito neste país”, reduzindo com isso o estímulo aos investimentos nessa área. Mas, em pouco tempo, ele recua dessa posição e sentencia à condenação aquela perspectiva, verbalizando: “exportar ou morrer”.

O nó górdio da economia brasileira inicia com *exportar* e se completa com o oposto, *importar*, o que não é novo ou desconhecido. O que talvez não esteja tão difundido é que essa equação permanece vigorando até nossos dias, sendo que, desde Caio Prado, conhece-se a seguinte posição: país *exportador* é antes de tudo país *importador*.

Hoje, com o encerramento da via colonial e com o legado deixado por sua trajetória, o conjunto de perspectivas econômicas de cunho nacional, ou ainda como pretendia Celso Furtado, uma economia voltada para dentro, perdeu o chão histórico, a universalização do capital tratada por globalização, na verdade, mundialização do capital, comprometeu todo o tecido do capitalismo nacional e internacional. A possibilidade de uma trajetória de natureza autônoma foi historicamente confiscada, naquele período, não sendo mais possível avançar economicamente fora do arcabouço do capital internacional. Qualquer alternativa a esse percurso historicamente consolidado, somente poderia vir de outra plataforma social que não estivesse comprometida com o capital, isto é, a plataforma do trabalho, que permanece sendo a única e última arma de luta por uma alternativa humano-societária. No caso brasileiro, ficamos travados nas determinações históricas deixadas pela via colonial, de um lado, e pela mundialização do capital, por outro. Somente a história (como sempre) poderá definir caminhos e possibilidades do futuro, mas não se pode deixar de reconhecer que, nas condições que permanecem dominantes, um *novo* horizonte, qualquer que seja, mantém-se prisioneiro aos grilhões do capital, isto é, o capital permanece sendo o obstáculo de acesso ao futuro. Desde a perda de sua missão civilizatória, há mais de 150 anos, restringindo-se à esfera financeira e à renovação tecnológica, para autovalorização, ele dissimula o futuro com sua presentificação regressiva, sendo ainda mais nefasta a articulação com sua subsespécie, o capital atrofico.

A FORMAÇÃO DA NOVA ESQUERDA

A autocracia institucionalizada ao cabo do governo militar ditatorial não alterou certos dispositivos legais que haviam sido estabelecidos e vigoraram durante a ditadura, com a prática política de operar por decreto-lei, que mais tarde, com a Constituição de 1988, foi batizado de Medida Provisória e, como tal, mantém-se em vigor até hoje operando, com força de lei, com sua essência registrada na arbitrariedade, pois, normatiza e executa, atropelando o congresso no mais das vezes e, às vezes, com sua conivência. Além disso, não foram alterados os padrões de regência legal dos meios de comunicação, da segurança pública, da propriedade da terra, do sistema judiciário, das polícias militares, entre outros, que conservaram o teor constitucional de 1967.

Permaneceram, também, em vigor a Lei de Segurança Nacional e a militarização das polícias, oriundas do bonapartismo militar de 1964.

Em 1989, Collor se torna vitorioso nas primeiras eleições presidenciais diretas após a ditadura, quando esta encerra sua transição, por meio de uma autorreforma, institucionalizando o campo político/jurídico da autocracia. A rápida passagem desse aventureiro pelo poder, apoiado pelas elites burguesas, resultou num desastre previamente anunciado, pela especial compreensão expressa nos discursos de Brizola, entre outros. Tão logo assume o poder, Collor ameaça retomar a superada forma ditatorial cometendo atrocidades político-econômicas, inauditas até então nos governos anteriores. Certamente, Collor encontrou dispositivos político-jurídicos favoráveis dentro da autocracia recém-institucionalizada que guarneceram suas arbitrariedades, como foi o confisco monetário aplicado contra a população.

Se esses arroubos de arbítrio afetassem somente os “de baixo”, dificilmente teríamos o processo de impeachment, mas, como a perspectiva neoliberal desse presidente ameaçou alterar a base industrial, patrimônio socioeconômico das elites burguesas, propondo um choque tecnológico nas indústrias em geral, e nas automobilísticas em particular, afetou interesses dos setores nacionais resistentes à perspectiva neoliberal, daí sua deposição.

Com sua deposição, emerge uma corruptela de social-democracia plenamente escorada no neoliberalismo que se assumiu como nova esquerda, o PSDB, com Fernando Henrique Cardoso à testa, oriundo do Ministério da Economia do governo de Itamar Franco. A equipe econômica adotada por FHC solucionara a dramática questão da inflação, que vinha atropelando a realidade econômica desde o fim da ditadura militar. O projeto e execução do Plano Real triunfara e o sufoco contra os trabalhadores também.

De qualquer forma, o PSDB assume o poder com FHC em 1994, saindo somente em 2002, quando então assume o PT que permanecerá até 2016. Do ponto de vista teórico-ideológico, o PT assimilou as teses sociológicas que eram difundidas na América Latina pela “Analítica Paulista”, gestadas por pensadores latino-americanos em vários institutos do continente, e foram assimiladas e difundidas no Brasil pelo CEBRAP, por meio de seus inspiradores e executores, Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti.

Chasin tratou esse conjunto temático por “quadrúpede teórico”, já que se constituía por quatro conceitos modelares destinados a interpretar a realidade latino-

americana. A postura analítica operada pelo CEBRAP, focada nos conceitos de dependência, populismo, autoritarismo e marginalismo, buscava a redução da realidade socioeconômica e política a esses modelos conceituais. Chasin nos dá uma clara dimensão do procedimento intelectual e das consequências da utilização dos conceitos sob essa estrutura típico-ideal. Distinguimos aqui apenas a abordagem para o caso da dependência.

Para bem compreender esse reducionismo regressivo, é preciso levar em conta que é constitutivo da teoria da dependência o olhar representativo que desintegra a unidade humano-societária concretamente existente; golpe de vista que desfaz o sensível para “refazê-lo” a partir de *tipos-ideais*, oferecendo em lugar do *ser-precisamente-assim* das coisas o rearranjo subjetivo dos fenômenos pulverizados (...) Desse modo a *dependência* resulta apenas de uma construção mental, da qual não faz parte, por “deliberação científica”, a enervação condutora das desigualdades internacionais das nações. (CHASIN, 2000, p. 246)

Esses conceitos resultam de construtos ideais tipológicos, método de base weberiana, por meio do qual seus elaboradores afastaram o caráter ontológico marxiano de análise da realidade latino-americana. De maneira que a nova esquerda vai ter como sustentação teórico-ideológica o padrão descrito acima.

O PT, fundado quase uma década antes do PSDB, assimilou a mesma base teórica, as mesmas concepções que foram desenvolvidas no universo político-teórico do PSDB e, em seguida, disseminadas entre os agentes do mundo do trabalho, sindical, além de parte da classe média que se identificava com o discurso petista.

Mas, na prática, algumas sinalizações destacavam diferenças pontuais. Diante do movimento de mundialização do capital, tratado por globalização, o PT nega a existência desse evidente fenômeno, nas disputas eleitorais, tratando-o como mero fenômeno ideológico. Com a vitória de FHC pelo PSDB, em 1994, foram operadas desregulamentações e múltiplas reformas necessárias a essa finalidade. Embora lutando em defesa de um nacionalismo, impossível de ser resgatado diante da globalização, o PT vai, lentamente, recuando dessa postura para ir admitindo a mundialização do capital.

Há um apelo constante à postura político-partidária autonomista que nos leva a outra atitude desse porte. Nos debates das eleições de 1989, o PT se nega ao diálogo com Brizola, que o convidara a apoiá-lo na estruturação de um projeto socioeconômico para o Brasil. A negativa de Lula foi justificada de forma torpe, depreciando a proposta

e afastando o que, incorretamente, julgava ser um projeto de modelo *nacionalista de compromisso populista*. O PT com isso se afasta de uma possibilidade de aliança na esquerda, rejeitando qualquer aproximação com Brizola. Diferentemente, e mantendo sua coerência política, Brizola apoiou Lula nas eleições de 1989. Ambas as situações somente mostraram os equívocos nas avaliações e ações políticas do PT, que resultaram na derrocada das possibilidades de alianças, necessárias quando se assume a ação política no campo da esquerda. A nova esquerda constituída por essas duas siglas (e do PDT com menor expressão e sem o viés neoliberal) se opunha à velha esquerda, o PCB, que se manteve disputando espaço na luta pela complementaridade do capitalismo brasileiro.

Há que se destacar que essa nova esquerda, tanto quanto a velha, trouxeram com elas a responsabilidade de completar o capitalismo (exceto o PDT), seja pela economia seja pela política, sem distinguir a especificidade de capitalismo aqui instalado, bem como o caráter sócio-histórico das elites burguesas que aqui se consolidaram. Avançando na construção de uma *prospectiva* de base ontológica, Chasin põe em destaque a compreensão marxiana e o sentido histórico da esquerda, e, remetendo-se ao texto “A burguesia e a Contra-Revolução”, observa as características da realidade na qual a esquerda brasileira se põe:

Segundo Marx, só em 1830 a burguesia liberal realizou suas aspirações de 1789, e com uma diferença fundamental: “suas luzes políticas estavam plenamente consumidas, e ela não mais acreditava encontrar no estado representativo constitucional o ideal do estado, a salvação do mundo e os fins universais da humanidade...” (...) De maneira que, nas formações sociais que objetivaram revoluções de ‘tipo europeu’, a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital (...) Esta começa por onde aquela termina. (CHASIN, 2000, p. 230)

De maneira que a configuração histórica da esquerda no Brasil e, por consequência, a práxis dos trabalhadores, na via colonial, não pôde iniciar por onde uma inexistente velha classe teria concluído, como ocorreu na Europa. Aqui, a novidade diferenciadora é a incompletude de classe do capital. As esquerdas se depararam com um capitalismo inconcluso, política e economicamente, que reorientava o arco de possibilidades de sua ação. Estas se viram

Em face de integralização histórico-social de um inacabamento (...) A esquerda brasileira nasce, portanto, submersa no *limbo*, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de

dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores. (CHASIN, 2000, p. 230)

No caso do PCB, o enfrentamento político com a ditadura o levou à subsunção da complementaridade econômica e autonomia deste capitalismo, hipertardiado, mas não compreendido por ele. Sua proposta, reboquista e etapista, supunha a articulação com uma suposta burguesia progressista capaz de enfrentar o imperialismo e a agroexportação, e conquistar uma autonomia econômica, obviamente inatingível.

E se a complementaridade suposta pela velha esquerda se pautava no plano econômico, a nova esquerda, por considerar que a ditadura havia resolvido os problemas econômicos, lançou-se na complementação política, isto é, completar o que a ditadura, obviamente, não realizara que era a instalação da democracia. Vale indicar que a luta pela democratização e complementação do capitalismo, pela nova esquerda, desviou-se de uma luta concreta, debilitando-se ainda mais para um enfrentamento com a autocracia a partir das forças populares e do trabalho.

Após duas legislaturas do PSDB, emerge o PT como sucessor e herdeiro, agora não somente da ideologia política, mas do pragmatismo do antecessor. Lula ganha as eleições em 2002 e assume o poder mantendo as prerrogativas político-econômicas deixadas pelo PSDB, inclusive seu estranhamento e politicismo.

O politicismo, determinação condizente com a autocracia, atribui relevo aparente ao plano político apenas para reduzi-lo à armadilha destinada a aprisionar a classe trabalhadora na impotência. (COTRIM, 2019(b), p. 57)

Observemos que a ambos os partidos escapara o fato de que a incompletude histórica do país, de extração colonial, só poderia ocorrer por via revolucionária, com a interferência direta das massas populares e trabalhadoras para alterar as relações próprias do capital atrofado, relações sociais, políticas e econômicas que o caracterizam. Não se tratava, obviamente, de nenhuma transformação socialista, ou de uma primeira transição nessa direção, mas sim de recondução da ordem social, enfrentando e abrandando a autocracia, por meio das massas trabalhadoras e populares, no atendimento das suas necessidades.

A nova esquerda terá seus melhores momentos de ação político-popular com a organização de greves vitoriosas, mesmo durante a ditadura, nos anos de 1978 a 1980, posição política consistente a ponto de fragilizar as bases de sustentação desse regime. Toma corpo já ao final das greves, no início dos anos oitenta, a categoria política que

havia sido sufocada na ditadura, com o afunilamento bipartidário, que foi a abertura e retomada do pluripartidarismo, agora com a presença do PT. Converte para esse partido a esmagadora maioria dos ativistas políticos que se punham à esquerda, parte saída do MDB, outros da clandestinidade, enfim irão sendo assimilados. Contudo, a partir de 1982, com as primeiras eleições diretas para governador do estado, os segmentos oriundos de ações de enfrentamento político com a ditadura foram se curvando ao politicismo, assimilaram as teses da complementaridade política, passando para o campo de luta política pela conquista da democracia e do poder. Além disso,

Assimiladas pela parcela mais organizada da classe operária e em sua versão já mais rebaixada, as concepções matrizadas pela analítica paulista orientarão a atuação do PT (assim como do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), do qual participaram e participam boa parte de seus formuladores), desorientando a classe trabalhadora e contribuindo para o rápido descenso de um movimento que surgira com tanta pujança e abria tantas possibilidades; não é casual que esse refluxo, visível já no início da década de 1980, acompanhe a ascensão do PT. (COTRIM, 2019(b), p. 59)

O arcabouço teórico oriundo do CEBRAP interferiu profundamente nas massas trabalhadoras e nas bases ideológicas do PT, fornecendo-lhes um padrão conceitual que, ao contrário de abrir canais para compreensão da realidade e discernimento para uma luta social adequada, dificultou-lhes o acesso à base concreta, submetidos que ficaram aos conceitos típico-ideais weberianos. Por outro lado, sabendo que nossa história trafega por uma via ultraconservadora, a via colonial, as barreiras para uma adequada proposição de superação socioeconômica sempre encontram acolhimento. Nesse sentido, pode-se dizer que o partido, cujas bases são oriundas do mundo do trabalho, dos sindicatos de trabalhadores em sua maior porção, caiu na armadilha ideológica disposta na realidade conservadora, armadilha refratária às concepções progressistas, sem as quais qualquer luta política revela-se inócua.

O PT emerge na condição de “esquerda não marxista”, cego para a centralidade operária na questão democrática e para o elo entre esta e as relações de produção, tornando-se co-responsável por obscurecer a história brasileira dos anos 1930-64 e a natureza da ditadura bonapartista e arcando, também, com o ônus de barrar a renovada oportunidade, aflorada pelo movimento sindical, de infletir a via colonial em favor da maioria da população. (COTRIM, 2019(b), p.59)

A inclinação do PT para a luta pelo poder foi sendo absorvida com base nas condições acima, agravadas pelo obtuso e radical afastamento das concepções

marxianas. Isso redundou na cruenta inversão, como indicou Chasin: em vez de levarem os interesses socioeconômicos dos trabalhadores para a política, levaram aos trabalhadores a perspectiva da burguesia/capital de fundo político-eleitoral. Esse procedimento não pôde mais ser revertido, pois os compromissos políticos ideológicos assumidos pelo partido em luta por conquistas eleitorais dominaram sua ação.

O PT não ultrapassa, portanto, em sua ideologia e em sua prática, a fronteira da “radicalidade política do capital”, ainda que expressa, em seus primeiros tempos, em forma e linguagem plebeias. Mas, diante da falência total das organizações da “velha” esquerda (oriundas do pré-64 ou herdeiras destas, que, aliás, também não ultrapassavam aquele marco) e da ausência da radicalidade burguesa, o PT foi “recoberto por uma espuma fantasiosa de esquerda, sem ter ideologia ou prática de esquerda ...”. (COTRIM, 2019(b), p.59)

A apropriação da política pelo PT, como lócus de máxima possibilidade transformadora, inverteu as proposituras da velha esquerda, que mantinha o economicismo no horizonte, e emasculou as esferas, correlatas, economia e política. As ações partidárias do PT esvaziaram o plano econômico, que é a referência incontornável para orientação do político, supondo, erroneamente, sua determinação inversa.

Exceção solitária a essa inversão, o Partido Democrático Trabalhista (PDT)⁷ de Leonel Brizola foi também o único a apresentar uma proposta de reordenação da plataforma produtiva que afirmava a identidade nacional centrada no princípio popular do progresso social (algo muito distinto do economicismo nacionalista ou de pretensões a capitalismo nacional autônomo, pretexto utilizado para descartá-la sem qualquer exame). (COTRIM, 2019(b), p.61)

O politicismo⁸ foi se tornando cada vez mais visível nas práticas políticas de Lula e seu partido. Suas ilusões politicistas afastaram-no das organizações sindicais e dos movimentos sociais que lhe haviam dado apoio e sustentação. As relações com as massas trabalhadoras sofreram a interferência da mediação eleitoral, o que foi reduzindo o vigor das lutas concretas.

⁷ O PDT de Brizola deve ser considerado no campo da esquerda como PSDB e PT. Mas é necessário distingui-lo dos outros dois porque sua orientação encontra-se na ordem do trabalhismo, cuja base de sustentação é a gestão para as massas populares e trabalhadoras e não a luta na política apenas, mas a luta para instrumentar uma política para fins humanistas.

⁸ Destaque-se que o politicismo, face onto-positiva da política, integra as relações do próprio capital, de forma que as gestões do PSDB e do PT, pró-capital, referendaram plenamente o politicismo que os orienta.

A conquista política nas urnas se tornou a mais importante perspectiva da ação partidária. Lula esquecera seu passado de luta direta com os trabalhadores, luta com a qual contribuíra na desmontagem da ditadura. Suas ações se afunilaram obstinadamente na conquista do poder. Não se dera conta da inversão cometida, sequestrado que estava pela ideia de uma determinação da política em última instância. Ressalve-se, por outro lado, que ele não negligenciou, em momento algum, o objetivo de sua gestão. Da mesma maneira que seu antecessor, FHC, o capital tornou-se *prioridade*, sem tergiversar ou enganar qualquer um dos apoiadores ou críticos. De maneira que ele permaneceu alienado dos movimentos populares e sindicais na crença obtusa de que o caminho de transformação da realidade seria conquistado pela via de ação parlamentar. Mas ele sabia que a política implica em troca, e que sua única moeda de troca para isso seria o silêncio e imobilismo dos trabalhadores. Pergunta-se em quem ou em que ele supôs obter força política?

O PT se dispõe a tomar parte da riqueza apropriada pelos ricos para destiná-la aos mais pobres sem propor qualquer “mudança dos lineamentos materiais do sistema de produção” (CHASIN, 2000, p. 268), desconsiderando ou ignorando que a “articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção” (MARX), no que se refere tanto ao produto a ser distribuído, quanto à forma da distribuição (a posição de cada um na distribuição é determinada pela participação na produção); mais concretamente, desconsiderando ou ignorando que a concentração de renda é resultado da superexploração da força de trabalho, parte intrínseca do quê e do como se produz no Brasil. Tal orientação não é apenas inócua como confunde, desarma e desmobiliza, política e ideologicamente a classe trabalhadora para o combate à miséria material e à autocracia política. (COTRIM, 2019(b), p.61).

A tese do distributivismo foi comum a ambos, PT e PSDB, mas nenhum deles considerou que a distribuição dos resultados da produção está vinculada às formas de propriedade, sejam produtivas, financeiras ou comerciais. De forma que, não é através de políticas institucionais que se opera a sempre pretendida *distribuição* das riquezas, e sim pelas formas de propriedade historicamente constituídas, das quais derivam as lutas das classes que se enfrentam pela propriedade e *redistribuição* dos produtos da produção. É com a presença das massas populares e do trabalho, orientadas para luta e defesa de suas necessidades concretas, que a distribuição deixa de ser concessão de políticos ou partidos institucionais. As atividades políticas que transparecem no governo do PT mantiveram-se com os mesmos padrões deixados pelo seu antecessor, isto é, seu plano seguiu a maioria dos passos neoliberais vigentes.

Distingue-se em FHC a política inclusiva por tê-la subordinado ao mercado. Enquanto Lula as operou através das subvenções estatais ao setor produtivo como, por exemplo, redução dos impostos para as indústrias automobilísticas e, ao seu lado, a expansão do crédito para população. Claro que em última instância, nos dois casos, o mercado foi o primeiro beneficiário de suas políticas. Lula acabou, também, por articular-se politicamente com os setores conservadores, a exemplo de FHC, que sempre efetivou alianças com esses, mesmo sabendo que sua perspectiva pautava-se por padrões antidemocráticos radicais, bem como sua rejeição a benefícios sociais desde sempre.

Por outro lado, é de se supor que Lula apagou de sua consciência as ações do passado quando conquistou, junto com as massas trabalhadoras, um novo patamar de distribuição salarial através dos movimentos grevistas, das lutas sindicais, dos enfrentamentos dos trabalhadores com a ditadura. Certamente, ter trasladado suas ações para o campo onde a elite burguesa domina, onde as lutas se dão dentro das regras constitucionais, geralmente constituídas pelos prepostos daquelas elites, reduz gravemente as chances de triunfo para os trabalhadores. Somente um pensamento profundamente politicizado para supor ter sucesso jogando nesse campo, o da política, sem moeda de troca, isto é, após ter afastado os movimentos sociais e sindicais que lhe deram todo o apoio político.

Em 2003, na transição que passou o governo de FHC para Lula, não se alterou o programa neoliberal articulado por FHC, senão a ampliação das tímidas políticas em relação aos programas sociais. Arrimado no PT e com aprovação eleitoral singular, Lula obteve sucesso sem, contudo, avançar no processo político e estabelecer relações competentes na redução das diretrizes e efeitos do neoliberalismo deixados pelo PSDB. Suas ações apenas confirmaram a postura assumida desde início dos anos 1980, quando ingressou definitivamente para a política, substituindo as ações diretas dos movimentos sociais por mediações político-eleitorais, em que os movimentos foram sendo estiolados, os sindicatos manietados, tudo em favor dos objetivos eleitorais.

O PT buscou atuar no interior das instituições políticas afastado dos movimentos sociais, muito embora implementando benefícios, que haviam tido uma fraca presença no governo anterior, de FHC, e, embora instituído pelos mesmos mecanismos institucionais, sem alteração na estrutura produtiva, o PT ampliou os benefícios populares. O problema sempre se reduziu a isso, benefício por decreto tem a duração apenas do governo que o promulga.

Algumas melhorias nas condições de vida das massas trabalhadoras, conquistadas através de políticas fiscais e financeiras pontuais, permitiram incrementar o discurso de eficiência e continuidade de gestão do PT dando sustentação à emersão de Dilma.

Isso incrementou forte insatisfação nos setores conservadores, convertendo-se em foco de mal-estar entre as elites burguesas, principalmente com o repique do poder em mãos petistas. A iniciativa do PSDB, que se manteve “em cima do muro” na maior parte do tempo, em cobrar do PT o acordo de alternância no poder, resultou na postura pusilânime de retirar o apoio ao governo se colocando ao lado daqueles que programaram e executaram o golpe contra Dilma. Essa postura do PSDB estremeceu as bases políticas do governo Dilma. Coincidiu com essa situação a presença dos efeitos da crise do capital que vinha, até então, sendo dissimulada (vale lembrar o termo “marolinha” utilizado por Lula) através do financiamento de projetos faraônicos, oriundos da associação com as grandes empreiteiras, associação que sempre fora a base econômica da ditadura militar, usada e abusada nos governos FHC (PSDB) e assoberbada nos governos Lula e Dilma. O financiamento da produção e comercialização automotiva, e bens correlatos, facilitaram o comércio desses bens aos setores mais populares criando a ilusão de uma solução participativa dos “de baixo”. A complexa situação econômica enfrentada pelo PT, com a penetração no Brasil dos efeitos da crise internacional do capital, criou um impasse intransponível, seja pelo isolamento político, seja pelo lado da desmobilização popular e do trabalho, ou da atitude dos antigos aliados partidários, como o PSDB, seja pela ausência de uma reorientação industrial efetiva, capaz de assegurar estabilidade e desenvolvimento econômicos, que se refletissem em favor dos setores populares e do trabalho. Sem o ônus creditício do capital financeiro sobre esses setores, o progresso social se tornou impossível, facultando a livre ação do capital atrofico. Não há aqui qualquer ilusão sobre a objetiva restrição desse tipo de capital a qualquer favorecimento aos “de baixo”. O exequível, de fato, era a substituição do esforço exigido na aplicação financeira e comercial do governo petista para elevação do consumo pelo incremento de segmentos produtivos convergentes com as necessidades objetivas da vida popular, pois, politicamente, nenhum governo no Brasil, até então, teve tanto apoio popular, que deveria ser aproveitado e se convertido no passaporte para enfrentar a realidade de outra maneira. Mas, ao contrário, as medidas creditícias e o endividamento popular

mostraram a superficialidade política do PT no trato com um dos temas mais essenciais da economia brasileira, que é a inclusão social.

Dilma conduziu-se dentro dos moldes já adotados no governo anterior, e se alguma diferença foi notada entre seu governo e o de Lula, certamente, não foi de essência, mas de detalhes, ambos assumiram o mesmo plano que nascera com FHC, como já foi indicado. Porém, mesmo essas superficiais, e não estruturais, medidas que beneficiaram as massas populares, como as várias formas de bolsas, ajustes no salário-mínimo, entre outros, tudo isso se instalou ao lado do conjunto de lacunas da gestão petista, lacunas que se tributa a sua concepção distributivista e politicista, tal qual o PSDB de FHC. De maneira que o panorama e a trajetória da nova esquerda afirmam sua incapacidade de projetar uma nova ordem societária para além daquelas relações criadas com a mundialização do capital. Sua incapacidade de afastar segmentos comprometidos com o atraso, de afastar a postura política conciliatória com esse mesmo atraso, rendeu a pulverização do PSDB e o profundo retrocesso que o PT já vinha apresentando, e foi sendo confirmado após a queda de Dilma. O PT passou a se posicionar “em cima do muro” na costumeira postura de seu rival, o PSDB.

O GOLPE PARLAMENTAR E A QUEDA DOS PAULISTAS NO PODER⁹

Contudo, desde 2011, no plano internacional, movimentos sociais de grande extensão vinham ocupando as ruas de grandes cidades, lutando por uma maior flexibilização política, social e econômica, motivados pelas mais distintas questões. Foi a emergência de um período de ações populares internacionais como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, que emergiram nos EUA e noutros países. Esses movimentos sinalizavam a possibilidade de expansão pelo globo. Sua orientação focava, principalmente, demandas sociais, alertando as massas populares das restrições que vinham sofrendo por todos os países.

No Brasil foi organizado o MPL (Movimento Passe Livre) para lutar contra o aumento do custo do transporte. Essa organização vinha se articulando há alguns anos e ganhou corpo ao se objetivar publicamente em 2013. Seu sucesso em termos de

⁹ Por Paulistas no Poder entendemos os governos de FHC, iniciado em 1994, seguido de Lula 1 e 2, Dilma e Temer, encerrado em 2018. Ressalve-se que a inclusão de FHC, nascido no Rio de Janeiro, no grupo dos Paulistas, liga-se ao fato de sua atuação política que o conduz à presidência ter sido toda ela no estado de São Paulo. O mesmo pode se dizer de Dilma, mineira de BH, cujo ponto alto de sua atuação política se dá em São Paulo, no PT. Todos eles ascendem ao poder a partir do estado de São Paulo.

mobilização social não deixou nada a dever aos movimentos internacionais. Dilma foi pega de surpresa, mas permaneceu inerte, revelando visível fragilidade e inabilidade política, pois orientada pela política de afastamento das massas que herdara do governo Lula, hesitou em tomar alguma decisão sobre os movimentos, deixando sem resposta tanto os setores populares que se encontravam em forte ebulição e mereciam sua interlocução, quanto o capital a quem o PT servia. Tal postura facilitou a atuação dos grupos antidemocráticos que se preparavam há muitos anos para se lançarem nas lutas sociais antipopulares contra o governo petista. Some-se a isso as insatisfações que vinham se avolumando contra essa gestão e que viria, mais tarde, render sua deposição.

Desta maneira, afastada dos movimentos populares, tal qual seu antecessor, Dilma deixou a porta aberta para aquela súplica da direita neoliberal ocupar os espaços públicos e sufocar os movimentos de esquerda, apoiados pelas operações repressoras da força pública. Os segmentos que se organizaram à direita ganharam, com isso, espaço e liberdade para estimular a promoção de ações arbitrárias institucionais contra ela. O recuo da esquerda partidária, pusilânime e politicista, colaborou para isso, facilitando a presença política da sórdida direita em ascensão quando deveriam ter mobilizado o partido (PT) para agir na vanguarda das ações de apoio ao governo de Dilma e afastar a direita em claríssima ascensão. Certamente, o partido não teve consistência ideológica, força e, conseqüentemente, união para cumprir esse papel de suma importância na vida política do país. O PT mostrou a que veio naquele momento recuando de suas mínimas obrigações políticas.

Por outro lado, ficou evidente que a direita ocupou o espaço deixado pelo PT, omissa que foi para as tarefas que lhe cabiam, em particular no segundo mandato de Dilma. A visível ausência de proposituras progressistas, o afastamento dos movimentos sociais e sua orientação politicista, conciliatória, definiram o empobrecimento político do partido de longa data. Claro que, na especificidade, a derrota final do PT pode muito bem ser tributada ao imobilismo de Dilma, que desde 2013 revelou uma ausência de determinismo político, uma ineficiência condenatória, em estando sob o cerco de direita, como de fato estava. Não se pode deixar de lado a presença de Lula, nesse momento forcejando a conciliação, quando o momento exigia enfrentamento com as forças reacionárias, em apoio a Dilma que se encontrava travada. Os conservadores não afastaram do rol de suas motivações antipopulares e antidemocráticas o receio que sentiam da alta aprovação que Lula ainda mantinha, e que não soube aproveitar para o enfrentamento necessário, apenas aprofundou o retrógrado caráter conciliatório,

promovendo discurso acovardado, afirmando que “nunca se ganhou tanto dinheiro quanto no meu governo”, postura radicalmente incorreta para inflexão da situação de Dilma. A direita decadente e reacionária somente pôde regozijar-se diante da fragilização demonstrada. Claro que não se tratava de discurso para as massas trabalhadoras, pois o conteúdo mostrava sua explícita defesa do capital, afastando ainda mais os setores populares do necessário apoio.

Essa esquerda neoliberal, que esteve quatorze anos no poder, sendo a responsável maior pelo recuo dos movimentos sociais populares e sindicais, foi também derrotada por sua própria posição política pusilânime. Sua relação com setores de conservadorismo histórico no Brasil, sua subserviência frente ao capital, de usineiros a banqueiros, fez supor a Lula, com total anuência do PT, estar nas *boas graças* dos conservadores e da direita. Ingenuidade, covardia ou alienação? Pouco importa, frente ao desastre político, frente à derrota retumbante do PT. Derrota indesculpável quando o enfrentamento se torna irremissível e, no entanto, é evitado. Uma luta nesse momento não para mera garantia do poder, mas de resistência aos golpistas e, quem sabe, reversão de toda sua trajetória política e reativação da ação política dos trabalhadores em sua própria defesa. Lula e o PT tiveram uma oportunidade objetiva, não aproveitada, pois, o estado de consciência estranhado, politicizado e corrompido, expôs, esgotando qualquer suspeita contrária, a total inutilidade dessa agremiação política. Certamente, essa questão só confirma a tendência do PT na primeira metade da década de 1980. (CHASIN, 2000)

A rejeição que cresceu contra o grupo petista não foi confrontada por este, de nenhuma maneira. Os exemplos políticos deixados pelo partido aos setores populares foram de conciliação, de distanciamento das ações populares, promoção de sua própria fragilização político-social e politicizada. Tudo isso apenas favoreceu o golpe institucional-parlamentar de 2016.

Lula não enfrentou, posteriormente, as forças que o aprisionaram sem qualquer fundamento jurídico-legal, tendo todo apoio que lhe possibilitaria sair do país e articular de fora pressões contra a camarilha golpista, mas, preferiu apostar na justiça. Novamente se pergunta: ingenuidade, covardia ou alienação?

Sem posição e ação sociais progressistas, o PT manteve-se impedido de superar os arranjos políticos parlamentares que dominaram a cena política, afundando-se no estranhamento político que veio lhe dominando. Observamos, com Chasin, que “quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e

draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”. (CHASIN *apud* COTRIM, 2019(b), p.55)

A partir de 2014, o Brasil passa a ser palco das contradições do grande capital ao ser atingido pela crise internacional iniciada em 2007. A penetração da crise, aqui, arrasta a economia para degradação e inflama as insatisfações contra o PT.

Amalgamando tudo o que havia de contraditório e negativo na realidade brasileira, as oposições ao PT, as elites burguesas e a malta miliciana de plantão, lançaram-se em campanha contra ele, a exemplo das velhas campanhas oriundas da direita conservadora¹⁰. A oposição dos conservadores, decadentes e retrógrados, pavimentou o caminho para a desconstrução do seu governo. Dilma corporificou, para as elites burguesas, todos os males políticos e econômicos expostos naquele momento.

As insatisfações despertadas nos segmentos antipopulares e antidemocráticos foram se intensificando e tomando espaço nas mídias através de formulações diretamente identificadas com velho ranço preconceituoso, que remonta à herança colonialista entranhada nas elites burguesas, desacostumadas que estavam, desde sempre, ao convívio popular. A presença de trabalhadores em ambientes turísticos, rotas culinárias, shoppings, escolas, etc., serviram de mote para múltiplas reações preconceituosas do tipo “essa gente diferenciada”, expressão icônica das reações antipopulares que não suportaram depararem-se, em ambiente comum, com indivíduos sem qualquer organicidade com as elites burguesas, originários em grande parte do mundo do trabalho, dos sindicatos, etc.

A ideologia rastaquera, expressa pelos representantes das elites burguesas, foi sendo canalizada contra os seguidores e simpatizantes petistas, todos convertidos preconceituosamente em inimigos. Por qualquer ângulo que se observasse patenteava-se uma aversão aos setores populares, à democracia e aos trabalhadores; mesmo as poucas migalhas de benefício que puderam ser absorvidas no curto espaço de tempo pelos “de baixo”, no governo Dilma gerava animosidade.

De maneira que, expondo seu ódio contra os setores populares e do trabalho, ódio que sempre recobriu sua aversão à classe social subalterna, uma campanha alicerçada em setores sociais de extrema direita, ação inicialmente velada, estrepitosa a

¹⁰ Para repormos o procedimento dos conservadores que infestam esse país, diante de políticas com algum respiradouro democrático defronte à autocracia, vale lembrar as campanhas lacerdistas contra o segundo governo de Getúlio e as campanhas contra Goulart que, nesse caso, unificaram-se formando uma grande frente composta pelas elites industriais e agrárias (empresários e latifundiários), banqueiros, Igreja Católica e os próprios militares, todos em defesa do domínio do capital externo no Brasil.

seguir, passa a ser conduzida pela chusma antipopular e antidemocrática. A movimentação arquitetada por essa direita deu suporte a acusações juridicamente infundadas, e despudoradamente assimiladas pela maioria dos parlamentares da câmara e do senado.

Deposta Dilma, por golpe parlamentar, assume o vice, Michel Temer, que se lança na articulação do congresso pela reforma trabalhista (reforma essa proposta inicialmente no governo de FHC, fase em que ele propõe a virada de página da política varguista). Temer inicia suas ações na desmontagem das leis trabalhistas, logo após o golpe de 2016, sem anunciar qualquer plano de governo ou alternativa ao governo deposto. De forma que Temer conduziu sua política arrematando a medíocre postura de realizar a destruição da estrutura constitucional trabalhista, seu triste e reacionário único feito. Tendo já manobrado as articulações sorrateiras, que alijaram Dilma do poder através do injustificado crime de responsabilidade fiscal, concluiu seu mandato completando o ciclo dos aqui tratados Paulistas no Poder.

MILICIANOS CARIOCAS NO PODER

Com a chegada dos milicianos ao poder abre-se nova página na história política brasileira. Não se pode negar que a página já veio corroída pela mostra de violência, desde as propagandas políticas prévias às eleições de 2018, mal encenadas pelo candidato ex-militar Jair Messias Bolsonaro. Sua propaganda política apresentou-se de forma grotesca, sinalizando para um indiscriminado uso de armas, com nítidos gestos ameaçadores, a exemplo das próprias ações milicianas. As visíveis provocações e intimidações indicavam que a força e a violência, e não a razão, conduziriam a política, na eventual vitória dessa trupe que o respaldava, o que, de fato ocorreu. Ausência de razão pela demonstração de força e violência, mas também pelo estilo intragável, de pura imitação de tipos políticos como Jânio Quadros e Collor de Mello, foi marcante do grave desastre político que decorreu. Sua programação de governo construiu-se na base de traços genéricos, mas sublinhando sempre o núcleo a partir do qual o governo se orientaria.

Por exemplo, no caso do meio ambiente e da agricultura registra-se a flexibilização da legislação que regula a utilização das áreas verdes preservadas, restringindo a concessão de novas terras para quilombolas e indígenas, o que diz por si o alvo político a ser atingido. No que diz respeito à segurança e direitos humanos, a

liberação de armas para utilização na “legítima defesa” centraliza sua proposta ao lado da redução da maioria penal para 16 anos, facultando o extermínio de jovens, obviamente negros, pobres das periferias. Na educação superior indica a necessidade de avanço tecnológico, mas por meio de parcerias com a iniciativa privada, para impulso à pesquisa sem qualquer indicação de investimento público para área tão importante. A redução de quotas para negros e pessoas de baixa renda, como uma de suas preocupações, sem definir qualquer compensação de apoio a essa faixa de estudantes. Para o ensino em geral propõe mudanças, como intensificação de matemática, ciências e português, e restrição à “doutrinação e sexualização precoce” que, pela sua indicação, a restrição recai sobre as áreas do pensamento social, sem explicitar, mas com insinuação discriminatória por tratar como doutrinação. Não apresenta nenhum estudo que fundamente suas insinuações.

Ponto de destaque dentro da economia é a privatização ou extinção de estatais. A reforma da previdência é encaixada no mesmo escaninho das estatais, o da privatização. Além disso, a proposta de nova carteira de trabalho seria o instrumento para o Estado implantar o contrato individual que se sobrepõe e quebra as pernas da CLT. Esse pequeno conjunto de propostas já permite delinear a perspectiva que norteia as ações neoliberais retardatárias e o enfrentamento com o que restou de benefícios do trabalho. Nenhuma proposta construtiva, só destrutiva.

Na política externa, no âmbito regional, o plano de Bolsonaro prevê o aprofundamento da integração “com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditadura” e países “sem viés ideológico”. Tudo isso posto em abstratas insinuações. Fomento ao comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil, como os Estados Unidos, destacando sua proposta de alinhamento político, diplomático e comercial com este país. Afasta com isso qualquer retomada de participação no BRICS.

Sobre o Mercosul, afirmou, displicentemente, que “não se pode jogar para o alto” o acordo. “O que não pode é continuarmos usando acordos como esse em função de interesses ideológicos como o PT fez”, observou, sem explicar o significado de sua afirmação, refletindo apenas sua aversão pessoal a esse partido. Também no tocante à ciência e tecnologia, o candidato procura retirar o Estado de suas obrigações e responsabilidades sobre estes setores igualmente fundamentais, sugerindo que as universidades deveriam se aliar à iniciativa privada “para transformar ideias em produtos”, e os programas de mestrado e doutorado serem feitos “sempre perto das

empresas”, empurrando o ensino e a pesquisa, com essa postura, para atuação operativa e não de pesquisa. Para a saúde o plano de governo prevê que “nossos irmãos cubanos serão libertados” e que suas famílias poderão imigrar para o Brasil, desde que os profissionais sejam aprovados no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira; mesmo com o “Revalida”, o candidato se viu obrigado a retomar esse projeto que havia sido refutado logo no início de sua gestão.

De fato, se não houvesse alguma resistência contra os fios nevrálgicos das suas propostas, eles as alinhavariam a “toque de caixa”. Mas, muito embora o Congresso, em grande parte, componha-se dessa chusma, a parcela relativamente civilizada pôde abrandar alguns dos ataques propostos. Tão logo ele alçou ao poder, as movimentações populares e do trabalho se levantaram contra suas arbitrariedades. Com sua postura conservadora e retrocedente acelerou a reforma da previdência, aceita pelo Congresso, mas com alguma flexibilidade que amenizou a destruição completa desse benefício fundamental, impedindo a sua privatização.

Se a população em geral foi prejudicada pelos ajustes políticos e econômicos do período tratado por Paulistas no Poder, nada do ocorrido poderá ser comparado com as propostas promovidas pela malta que move essa gestão de milicianos, com Bolsonaro à testa, cuja função precípua é levar a cabo a desmontagem dos benefícios do trabalho, movidos sempre pela retardatária postura neoliberal.

A camarilha alçada ao poder por sufrágio universal, através de fraudes midiáticas e das redes sociais, tal como ocorreu com Trump, esteve identificada diretamente com a avalanche ideológica conservadora, que infectou o globo, especialmente a partir dos EUA, aproveitando para expor no centro das suas ações políticas sua postura eivada de violência contra críticos, progressistas, esquerdas, e, obviamente, os “de baixo”.

Os milicianos cariocas, com concepção oriunda da ideologia ditatorial militar de 1964, é um extrato social formado por policiais aposentados, ex-policiais, policiais civis, bombeiros, agentes de segurança, contraventores e grupos de extermínio, em conluio com parlamentares; milicianos esses que vinham operando, há décadas, no submundo em todo tipo de negócio ilícito. Certamente, essa horda encontra-se em coerência com suas posições e perspectivas no interior da autocracia institucionalizada, tornando-se meras caricaturas na imitação da ditadura militar de 1964.

Vale esclarecer que, longe de qualquer aquiescência, e pautando-se pela condenação daqueles ditadores, torturadores e assassinos, de 1964, é necessário distinguirmos a formação e a existência de projeto político e econômico para execução pelos militares de 1964, projeto excludente e fracassado, como vimos, mas “algo” para apresentar em sua gestão. Supunham, com isso, estar pavimentando a via de elevação do país a um desenvolvimento compatível com as grandes nações. Postura que convenceu grande parte das oposições centradas no MDB, que entenderam estar resolvida a questão econômica do país.

Observemos que o politicismo despertado nesse momento conduziu Ulisses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso a elogiarem o projeto econômico da ditadura, supondo terem os militares superado a questão econômica do Brasil. FHC, por exemplo, passa a tratar o capitalismo brasileiro como capitalismo “monopolista de estado” (em referência à formulação de Lênin)¹¹. Certamente, os militares curvaram a coluna para os EUA no plano ideológico, perseguiram, torturaram e assassinaram opositores, alinhando-se à direita anticomunista nacional e norte-americana, mas, aqueles militares da ditadura de 1964, compunham uma direita de sólida formação acadêmica militar, condição intelectual e comportamento público excepcionalmente superior aos chulos milicianos, embora isso nunca tenha invalidado a merecida condenação por sua truculência cometida, como foi muito bem exposto pelo coletivo “Tortura Nunca Mais”.

Os milicianos emergiram e estão no poder alçados pelo sufrágio universal, como bem nos mostra a pesquisa de José Cláudio Souza Alves, da UFRRJ. Sua postura belicista, e diapasão reacionário e radical não ultrapassam o meramente burlesco, eles atuam num espetáculo de arbitrariedades cujo objetivo é expor seu desrespeito e desfaçatez pública simulando ares de superioridade.

Chama a atenção o baixíssimo padrão de consciência manifestado por essa corja que habita o planalto. Se, como observamos no início deste ensaio, tratá-los por fascistas é erro grave, assim, também, não podemos atribuir fascismo aos integralistas, por toda a disjunção histórica entre a tardia Itália e o Brasil colonial. Por outro lado, não podemos colocar essa escória bolsonarista no patamar dos integralistas. Os integralistas trouxeram no interior de seu irracionalismo, religioso e agrarista, um projeto socioeconômico para a nação e, com postura política ultradireitista, projetaram um

¹¹ O nascimento do politicismo pode ser melhor percebido quando nos atemos a essa inversão ideológica cumprida pelos militares, aceita e acolhida pela oposição, naquele período.

estado teocrático e uma moral cristã, cujo conjunto cultural regressivo se punha afastado da vida mundana.

Ao contrário, a corja de “bolsominions” origina-se da mais baixa expressão mundana que, com rudimentos doutrinários, alinhavaram um conjunto de concepções rasteiras, próprias da vivência de milicianos deteriorados. Com educação intelectual olavista regressiva, e resgate de conceitos medievais como o terraplanismo, criacionismo, praticam atitudes obscenas como os ataques racistas, machistas, etc., num grave quadro de irracionalidade desconjuntada.

Assumindo o poder, a efetivação das funções que lhes foi delegada pelas elites burguesas como a reforma previdenciária, a desmontagem das conquistas do trabalho, a repressão, entre outras na mesma linha, são a base de uma gestão sem projeto de enfrentamento aos capitais em crise, apenas a contínua desmontagem das poucas conquistas do trabalho condizentes com mesquinhos interesses constitui sua meta. Mantém, com isso, tempo e espaço para alterações sucessivas, necessárias à dissimulação de sua efetiva rota. Sua gestão é um palco de provocações aos críticos, à intelectualidade e às posições divergentes supondo, com isso, desfocar a atenção social sobre o que se passa nos bastidores da sua política.

Atuam com ameaça e intimidação explícita ou velada, como a proposta do neoliberal retardatário Paulo Guedes, de privatização previdenciária e de capitalização para formação de uma pretendida previdência privada, semelhante ao processo destrutivo da previdência aplicado no Chile, na ditadura de Pinochet. Vale assinalar que decorrente daquela política assiste-se atualmente o suicídio de pessoas idosas, que após 30 anos de vigência da tal privatização não conseguem mais sobreviver de sua aposentadoria. Essa foi a proposta do neoliberal retardatário Paulo Guedes para a previdência no Brasil, e, caso obtivesse sucesso, permitiria que ele remetesse uma excepcional massa de valor para instituições financeiras, reproduzindo aqui a catástrofe chilena, na qual atuou como lobista de bancos.

A realidade fenomênica dos milicianos carece ser apresentada num conjunto categorial que nos permita definir seu eixo diretor. Em seu conjunto, os Paulistas no Poder diferenciaram-se destes, por sua compostura diante das responsabilidades políticas e econômicas assumidas e pelo entorno político e cultural criado. As reformas operadas pelos milicianos tiveram origem nos governos anteriores, mas não se assistiu naqueles o explícito desejo de realizar o massacre contra os setores populares e do trabalho que estes demonstram. Claro que a diferença entre ambos não se reduz ao

regozijo que sentem sobre o ataque vitorioso contra a esquerda, desses lacaios das elites empresariais e burguesas. Desde o primeiro governo FHC até o governo Dilma que as reformas trabalhistas e previdenciárias foram sendo discutidas e postergadas, a despeito das pressões empresariais e burguesas. Vimos luta por flexibilização nas negociações das reformas ao lado do seu constante adiamento. Ao contrário, com Temer, e em seguida com este (des)governo, as reformas foram sendo aceleradas e executadas na “velocidade da luz”, sofrendo o acréscimo do enxugamento orçamentário na educação, na saúde, entre outros, que cumpriram com júbilo, como servidores de ordem que são da antipopular e antidemocrática elite burguesa.

Valendo-se do amplo espaço político deixado pela esquerda, e da arbitrariedade política e jurídica acolhida pelas esferas superiores da (in)justiça, a abjeta direita conquistou o poder. Somando-se as manipulações digitais e midiáticas à fragilidade da esquerda não houve mais limite para a ação da direita.

Como capitalistas, e com plena identidade com as relações próprias do capital atrofico, as elites burguesas lançaram mão dos piores tipos sociais, alçados à política na defesa de seus interesses. Os milicianos, que já vinham atuando como contraventores, exterminadores, etc., revelaram um especial potencial para efetivação das tarefas que as *personae* desse capital demandam para sua manutenção e continuidade. Embora deles afastadas, publicamente, as elites burguesas mantêm-se conectadas a eles por laços de confiabilidade e identidade. Afinal, que outro tipo social poderia cumprir esse papel de algoz das massas populares, trabalhadoras, e as esquerdas, senão esse grupo cujo compromisso político encontra-se selado em seu pragmatismo de milicianos, contraventores e exterminadores? É exatamente esse tipo de atores políticos que seduziu essa classe dominante historicamente sórdida e mesquinha.

A transição do (des)governo Temer para o de Bolsonaro providenciou um coerente encontro entre indivíduos com identidade e caráter social dos milicianos cariocas e as elites burguesas. Eles proporcionam o escudo demandado por esta elite para sua proteção contra a classe trabalhadora, as massas populares e as esquerdas. Num momento de crise do capital superdesenvolvido, em que todas as esferas sociais se encontram afetadas, os proprietários do capital atrofico dependem politicamente desse protótipo de lumpesinato para garantirem o exercício de seu papel, único papel socioeconômico que essa elite burguesa cumpre: a manutenção dos setores popular e do trabalho sem manifestação, sem rebeldia, superexploradas, e a transmissão de parte substancial da energia humana objetivada e convertida em capital para a acumulação

imperialista. É deste monturo de sujeitos abjetos que a elite burguesa carece, é disto que ela precisa para afastar qualquer acolhimento de benefício para as massas populares e trabalhadoras, afastar qualquer reivindicação ou greve, neste período em que a crise estrutural do capital põe de manifesto seu poder destrutivo.

No caso brasileiro, trata-se não apenas de barrar as reivindicações relativas a aumentos salariais, à mobilidade urbana e à moradia (isto é, ao problema da propriedade territorial urbana, tão grave quanto o da propriedade territorial rural e dividindo com este as mesmas raízes), como, ademais, de recolher de volta as parcas migalhas distribuídas no período dos governos petistas e, indo além, de dizimar direitos trabalhistas, previdenciários e sociais conquistados há mais tempo, acentuando a superexploração do trabalho e a oficializando nos dispositivos legais. (COTRIM, 2019(b), p.64)

Certamente, não é mais possível restaurar a escravidão como forma social sistemática e constitucional, embora o governo faça vistas grossas quando casos de escravidão são detectados. Tampouco se pode restaurar a velha fórmula naqueles padrões em que os segmentos populares voltariam a ser caso de polícia, como fora nas primeiras décadas da república. Muito embora, com todas as mediações políticas e jurídicas modernas, os segmentos sociais dos “de baixo” nunca deixaram de ser caso de polícia, e agora com “requintes estratégicos”, vide os assassinatos sumários nas periferias. A margem para sufoco das massas populares e do trabalho manteve-se intensa mesmo depois do recuo dos militares do poder em 1985. O legado institucional deixado por eles foi a conservação da estrutura autocrática, compreendida erroneamente como redemocratização pelas esquerdas politicizadas.

Sem dúvida, a violência tem sido expressão corriqueira das ações dos representantes dessa burguesia, que renova seus padrões inserindo novos, ainda mais tenebrosos, como se tem registrado nas descaradas estatísticas institucionais sobre as sorradeiras eliminações físicas dos “excedentes” da periferia, forma implacável podendo bem ser equiparada a um novo extermínio, como ocorreu e ocorre com os indígenas, atingindo já há algumas décadas negros e pobres das periferias e indivíduos de ideologia não congruente com o pensamento da escrota direita. No governo Alckmin (PSDB), por exemplo, as estatísticas indicaram um alto índice de assassinatos pela polícia militar nas periferias de São Paulo.

Considerando esses procedimentos, a cada lapso histórico, essas elites se vêm obrigadas a chafurdarem no pior dos mundos à procura de seus representantes, aqueles que irão “cumprir seu dever”, como este exposto por Bolsonaro: “é urgente acabar com

a ideologia que defende bandido e criminaliza policial”, dito antes das eleições. Alckmin foi derrotado por Bolsonaro, pois o setor dominante deu preferência a este último, por suas propagandas eleitorais, expressando-se como miliciano, contraventor e exterminador, bem a gosto das elites burguesas e empresariais. Para essa elite burguesa, a ação violenta, como indicamos, tem sido fundamental no controle das relações sociais, para que o capital atrófico se mantenha inabalado, sem alteração e continue a superexploração do trabalho.

De forma que, em primeiro lugar, a meta perseguida pelas elites burguesas é o cerceamento radical de trabalhadores e da massa popular. Garantida essa condição fundamental, ela se lança na resolução dos problemas existentes na esfera econômica. Vale lembrar que qualquer forma de desenvolvimento tecnológico e industrial tem peso menor, pois a base de sua acumulação, até hoje, conta largamente com a exportação de *commodities*.

Refletindo uma total coerência com a atrófica elite burguesa, o governo Bolsonaro passou a dar continuidade ao descaso com o capital produtivo, indicando a obcecada subserviência neoliberal ao capital financeiro.

Em comentário crítico ao governo Bolsonaro, o jornal francês *Le Monde*, de 13/01/2020, demonstra sua explícita descrença e desaprovação deste novo governo, ao avaliar, entre outras coisas, que a política de Paulo Guedes mostra o profundo retrocesso ao assumir a já decrépita posição neoliberal. O jornal destaca, também, a ruínosa política internacional que contaminara todo o globo, como foi a guerra comercial sino-americana e os conflitos EUA-Irã, e que, mesmo assim, não demoveu o governo brasileiro de sua total subordinação aos EUA de Trump. Essa nota jornalística internacional alerta para a necessidade de se reorientar a economia política para uma posição oposta ao neoliberalismo.

Nesse sentido, novamente o jornal francês *Le Monde* observa que o Brasil continua sendo o campeão mundial da desigualdade, confirmando que 1% da população se apropria de mais de 30% da riqueza no Brasil, de acordo com o “Relatório sobre desigualdades globais de 2018” e, especificando, a pobreza extrema no Brasil atinge 13,5 milhões de cidadãos, que sobrevivem com menos de R\$ 145 reais por mês. A ONG Oxfam Brasil informa, na mesma direção, que o rendimento médio do 1% mais rico é 36,3 vezes maior que o rendimento dos 50% mais pobres. “Diante dessa situação, o governo pensa apenas em implementar seu projeto ideológico ultraliberal que

realimenta a desigualdade e não se preocupa com o padrão de vida da população”, denuncia Eduardo Fagnani, professor da UNICAMP e pesquisador do CESIT.

Certamente, a desigualdade no Brasil tem merecido atenção midiática, nacional e internacional, pela dimensão que tomou. A miséria aviltante das massas trabalhadoras vem se aprofundando, principalmente diante da concentração de riqueza em poucas mãos. A miséria não é nova, tampouco desconhecida, mas o que causa indignação é saber que, diante disso, as elites burguesas investem politicamente em milicianos, contraventores e exterminadores conectados a políticos e empresários, para ocupar o estado, confirmando seu atávico ódio e medo dos “de baixo”. Compõe também o conjunto da indigna condição das massas brasileiras o tipo de atenção que tem sido dispensada pelos governos aos problemas sociais, que nesta nova gestão sofrem ainda maior descaso.

No caso da educação, por exemplo, desde o início de sua gestão, o constrangedor ministro Weintraub constrói falsos argumentos para justificar suas críticas à academia brasileira, como: as produções são anticientíficas, cria suspeitas disparatadas contra professores, diretores, reitores, e mesmo alunos, tudo num procedimento programático de destruição dos padrões educacionais e acadêmicos do país.

Em meados de 2019, o decrépito ministro acolheu denúncias não fundamentadas da ALESP contra as três mais importantes universidades de São Paulo, USP, UNICAMP e UNESP. Criou uma CPI que durou um semestre obtendo como resultado: nenhuma irregularidade. Quando vamos às filigranas políticas sobre educação dessa inescrupulosa gestão, constatamos que a proposta de eliminação do ICMS para benefício do comércio resultaria na eliminação da fonte de financiamento dos três mais importantes centros de pesquisa e produção científica de São Paulo, aqui indicados, o que nos revela as reais razões do ataque às universidades por Weintraub. (BARONE, 2019, s/p.)

Não bastando a grotesca manipulação desse bandalho ministro, ele passa a lançar sua estultice, afirmando a utilização dos laboratórios dessas universidades para manipulação de entorpecentes, falsidade que mereceria severa punição caso o estado brasileiro não estivesse em mãos dos milicianos.

A gestão educacional miliciana deu forte guinada conservadora abrindo as universidades para as empresas, atacando as concepções progressistas, num franco combate ao pensamento crítico e num descarado arroubo antidemocrático, mudando as

regras de escolha dos reitores, ao lado de um programa de expansão de escolas militares querendo imiscuir-se no plano acadêmico.

Em nível desprezível insinuou que as instituições acadêmicas cometiam balbúrdia, causando insatisfação ao ministério da educação. A ação de contingenciamento das universidades havia sido adotada por questões ideológicas, disse ele. Mas, em seguida, altera sua justificativa inicial para afirmar que o contingenciamento estaria sendo feito por ausência de recursos da União. Isso suscitou reações sociais necessárias contra ele, favorecendo a formação do primeiro ato de protestos de massas nas ruas contra o governo. Por seu lado, recuando novamente, diante das reações, com a postura pusilânime de sempre, Bolsonaro anuncia o desbloqueio de R\$ 1,9 bilhão das instituições federais de ensino superior com o argumento de uma injustificada melhora na arrecadação federal.

Desorientadamente, em julho de 2019, foi lançado o programa Future-se que, do ponto de vista de dirigentes de algumas universidades, “traria riscos à autonomia financeira das instituições”. Estudantes se mobilizaram e foram às ruas contra o programa. Houve novo recuo. (BARONE, 2019)

A educação, a cultura e as artes vieram perdendo suas bases de sustentação dentro dessa gestão pífia de Bolsonaro. Porém, o ponto de destaque, que se conecta à perspectiva de desmontagem da educação, foi sua campanha de combate ao que chamou de “marxismo cultural”, mas, a campanha se estendia ao combate à esquerda, aos progressistas, à ideologia de gênero, etc., campos contra os quais prometeu despejar sua artilharia de irracionalidades. Com isso, ele colocou no olho do furacão o campo da educação, criador e reproduzidor teórico-ideológico que alimenta a consciência progressista. Exatamente onde as ideias são gestadas, onde se promove a elevação intelectual e crítica social, é para aí que sua sordidez direciona a luta contra a razão, a luta pelo rebaixamento intelectual, a luta em favor do obscurantismo, em atendimento da demanda das elites burguesas que nutrem aversão à razão progressista, à democracia, à igualdade social, etc., elite burguesa retardatária, historicamente mesquinha e regressiva.

Não é de estranhar que essa corja permaneça no poder sem qualquer limite aos insistentes despautérios que manifestam. Não podemos deixar de compreender que arquitetar a destruição educacional e cultural constitui o objetivo maior dos milicianos cumprirem a promessa de campanha de Bolsonaro, mostrada em seu infesto discurso eleitoral, que trata o conhecimento como inimigo. Claro que essa destruição, ou o

rebaixamento cultural, proposto pelos milicianos, sempre fizeram parte do conjunto das dilacerantes relações próprias do capital atrofico, na permanente tentativa de liberação do Estado das obrigações com a educação.

O que Bolsonaro e os milicianos fazem é dificultar mais e mais a resistência que existe contra esse rebaixamento. A luta ideológica das elites burguesas contra a democracia, contra as esquerdas, contra os setores populares e do trabalho, apoia-se nesses novos e esdrúxulos representantes na perspectiva de rebaixamento do conhecimento e redução dos instrumentos de sua reprodução, condição humano-societária que sempre lhes incomodou. Com isso, vamos assistindo à revelação cada vez mais espetacular de identidade das elites burguesas com os milicianos, elite essa que, por poder enviar seus filhos para escolas internacionais, nunca se simpatizaram com a formação de escolas de alto nível no Brasil. Diga-se de passagem, que as melhores universidades, por exemplo, foram sempre fruto de projetos de grandes intelectuais críticos.

Destacamos um curto trecho do artigo postado no *El País*, para a confirmação desse objetivo nas mãos dos milicianos. A jornalista Carla Jiménez, editora do *El País Brasil*, em contundente artigo sobre a descompostura político-jurídica de Bolsonaro, inicia dizendo: “Nunca na democracia um chefe de Estado havia caído tão baixo apelando à vulgaridade para falsear a realidade. Quiçá no mundo. Nem Donald Trump chegou a tanto”. Considerando a postura crítica de Carla Jiménez aduzimos, somente para reafirmar, que as tarefas e a base de sustentação política e social desse governo de milicianos, contraventores e exterminadores têm tido todo apoio das elites burguesas para procederem com suas descomposturas públicas. Desgraçadamente, a alienação política tem dominado boa parte da população, que se mantém em apoio a ele, prestando, com sua cegueira intelectual, grande desserviço à vida política brasileira. De fato, o apoio da elite burguesa ao infausto presidente atende à perspectiva desta em manter e aprofundar a deseducação das massas populares e trabalhadoras e ampliar o círculo de alienação.

Outro descalabro registrado no percurso político deste presidente solipsista e irracional foi seu despreparo político no trato com o Congresso, como comprova o vídeo disparado (segundo o site de notícias UOL)¹² pelo presidente através do WhatsApp, de seu celular pessoal, pedindo que todos comparecessem às manifestações

¹² Fonte: (<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/26/psl-diz-que-apoio-de-bolsonaro-a-manifestacao-e-ataque-a-democracia.htm>).

de rua em defesa do seu governo e contra o Congresso, no dia 15 de março. Apenas para destacar, observamos a repercussão dessa atitude entre seus asseclas, a recém-contratada como secretária especial da Cultura do governo Bolsonaro, Regina Duarte, compartilhou a mensagem do presidente convocando seus seguidores para participarem da manifestação e bradando: “General Heleno/Capitão Bolsonaro, o Brasil é nosso, não dos políticos de sempre. Nas ruas!”.

Há, certamente, posições contrárias: “O Congresso Nacional tem sido tímido nas reações a ataques do presidente da República, mas não é mais possível adiar uma ação enérgica do parlamento em defesa da democracia. Se o Congresso não reagir agora a Bolsonaro, será tarde demais mais para frente.” A avaliação foi feita ao site por Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da oposição na Câmara dos Deputados, após Jair Bolsonaro ter encaminhado a amigos vídeos que convocam a população para ir às ruas defendê-lo. A *Folha de S. Paulo* confirmou o envio com o ex-deputado federal Alberto Fraga, amigo do presidente, mas a informação sobre esses envios foi trazida, inicialmente, por Vera Magalhães, de *O Estado de S. Paulo*. Outro repúdio veio da Câmara: “Finalmente a própria Câmara colocou em sua pauta o rechaço, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pronunciou-se nesta quarta-feira a respeito do ataque de Bolsonaro às instituições ao convocar em suas redes sociais uma manifestação contra o Congresso Nacional (...) Criar tensão institucional não ajuda o País a evoluir. Somos nós, autoridades, que temos de dar o exemplo de respeito às instituições e à Ordem constitucional. O Brasil precisa de paz e responsabilidade para progredir”, acrescentou ele, ainda segundo o site acima. Tal ato, entretanto, não vingou e dispersou-se nas brumas de sua inconsistência, desaparecendo como tantas outras propostas descabidas que caem no esquecimento público.

Centrando-se agora na pandemia, o Covid-19, encontramos-nos, novamente, com a irracionalidade de Bolsonaro, intensificando as imprudências e descabros diante da gravíssima situação, reconhecida no mundo todo, menos por ele.

Mesmo num momento de aguda crise no sistema de saúde mundial, essa personagem política vai expondo seu descaso e desfaçatez em suas ações políticas. Insistindo que não há nenhuma razão para assumirmos o isolamento determinado pela OMS, ele caminha na contramão das posições mundiais dizendo tratar-se apenas de uma “gripezinha”. Segundo o fariseu Bolsonaro, o isolamento confronta a economia de mercado num momento delicado desta. Neste momento, frente ao Covid-19, todos os países do mundo adotaram a reclusão doméstica criando políticas de sustentação dos

segmentos sociais menos favorecidos. A grande maioria dos países internacionais rechaçou a irracionalidade do chefe da nação brasileira que se manifesta contra o isolamento. Ele veio mantendo sua idolatria e seguindo os passos políticos do presidente norte-americano Trump. Contudo, até seu ídolo político recuou da irracionalidade diante dos fatos, nacionais e internacionais, na defesa do isolamento e autoproteção, condição fundamental para a não proliferação da infecção desse vírus letal. O que pretende esse presidente solipsista e irracional com essa atitude de defesa do mercado contra o isolamento necessário à proteção? Até onde irá o sacripanta na subsunção à lógica do capital atrofico, lançando mão da prática irresponsável que pode levar a um genocídio desta população? Não se pode negar que sua postura nos indica radical subserviência e defesa de uma economia circunscrita às relações dessa forma de capital. Não seria esse conluio entre Bolsonaro e empresários uma atitude semelhante à dos empresários italianos e alemães, antes da Segunda Guerra Mundial, ao conclamarem a atitude dos gestores nazifascistas, Mussolini e Hitler, para a ação bélica genocida na defesa das suas economias?

Claro que a comparação afasta-se muito da realidade atual em que a humanidade não se encontra em confronto consigo mesma, como nas guerras mundiais. Ao contrário, Bolsonaro nos sujeita ao genocídio diante de um inimigo (ainda quase) invisível. O que temos aqui com esse irresponsável presidente senão a absurda e desumana desobediência irracional de um dissimulador dos perigos dessa pandemia, que engana descaradamente a população sobre sua vulnerabilidade?

Até onde pode ir a subserviência desse tresloucado presidente no atendimento das demandas do raquíptico capital atrofico? Em defesa do mercado, atendendo à solicitação de pequenos e médios empresários, sugere a quebra de precauções, quebra do isolamento, em total desacordo com os mais evidentes e necessários protocolos da saúde. Certamente, sua postura se difunde entre seus seguidores e os absurdamente ingênuos e estranhados que reproduzem seus desvarios. É assombroso ver afirmação, como a do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em entrevista ao Intercept, dizer que reduzir mortes por Covid-19 é pior para a economia, colocando resultados financeiros como prioridade em relação à vida da população. Em resposta precisa a esse descabro, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional do PT, cobrou nesta quinta-feira (16/04/2020), a demissão de Roberto Campos Neto, observando que “O Planalto e a equipe econômica não querem salvar vidas. Eles preferem colocar a economia para girar”. Há, sem sombra de dúvida, uma hesitação por

parte dos órgãos superiores de impedir os disparates de Bolsonaro frente à grave situação da saúde, que afeta todo o tecido social, nacional e internacional. É visível o imobilismo do congresso diante da zorra política desse presidente.

Observo trecho da coluna de Ronaldo Azevedo (UOL) de 13/04/2020, reafirmando essa condição:

A primeira barreira de contenção do comportamento destrambelhado do presidente é o procurador-geral da República. Já está claro que ele não vai se mexer. Duas liminares concedidas pelo Supremo em respectivas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental – uma de Roberto Barroso e outra de Alexandre de Moraes – deixaram claro que o presidente não tem a opção de ignorar o que dispõe a ciência a respeito do combate ao coronavírus e que constitui, inclusive, diretriz do próprio Ministério da Saúde¹³.

Em 16/04/2020, o jornal alemão *Deutsche Welle* diz que: “A extensão da irracionalidade é aterrorizante e ameaça arrastar o Brasil para o abismo. Para a sua disseminação, há um motivo: o bolsonarismo. Esse nome se deve a um homem cujo livro favorito foi escrito por um torturador”.

Contudo, o grupo miliciano no poder não encontrou nem encontrará obstáculo em transgredir normas, regulamentos e formalidades sem qualquer restrição objetiva se o STF e o Congresso não se impuserem diante desse desvairo bolsonarista tratado por governo.

Pelo andar da carruagem, a classe dominante se acalenta e regozija com esse flagelo ideológico, que acolhe positivamente o reencontro com o passado, e a reposição da velha irracionalidade agrarista e religiosa. O que causa indignação e deixa sem resposta os descabros cotidianos proferidos pelo presidente e os milicianos de seu entorno é ter declarações, como a do ex-ministro da Secretaria de Governo da Presidência, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ao afirmar em entrevista, que o Exército não é partidário e não “marcha” ao lado do governo de Jair Bolsonaro. “Não existe essa marcha junto com o governo”, disse o general em entrevista, nesta quarta-feira (22) aos jornalistas Carla Araújo e Hanrrikson de Andrade do noticiário 247. Ele criticou as manifestações do último domingo (19/04/2020), que pediam o fechamento do Congresso, do STF e a instituição do AI-5. “A instituição, vou falar pelo Exército, é extremamente disciplinada. Ela é ligada ao estado brasileiro, nas atribuições da

¹³ Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/04/13/os-senadores-de-oposicao-morreram-sua-voz-e-um-bolsonarista-de-esquerda.htm>

Constituição. Exército não é partidário, de governo. Ele presta todo respeito às autoridades, população, mas não tem essa caminhada junto. Isso não existe”. Entretanto, Bolsonaro fala o que quer, atropela a Constituição, ameaça a situação grave, despreza o padrão da OMS e suas determinações, “faz e acontece” sem ser coibido.

Em pleno correr da pandemia, sem ter qualquer vislumbre de futuro, senão o desfibramento das relações próprias do capital atrofico, e todo seu entorno político-societário, resta aguardar, em isolamento, os desdobramentos deste desditoso episódio histórico, na esperança de que a ciência amenize o sofrimento mundial e nacional tão logo seja possível. Pois, o caso brasileiro padece de muitas viroses, mas as duas principais hoje são:

- 1) O coronavírus, que afeta mundialmente a humanidade e, portanto, o Brasil;
- 2) O vírus político, econômico e ideológico, que atinge somente o Brasil: OS MILICIANOS CARIOCAS NO PODER, COM BOLSONARO À TESTA.

Referências Bibliográficas:

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões do extermínio, uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ed. Sepe/APPH-Clio, 2013.

BARONE, Isabelle. *Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação*. Gazeta do Povo: 26/12/2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019>.

BEINSTEIN, Jorge. *Origem e apogeu das lumpen-burguesias latino-americanas*. IELA, 13/05/2016. Disponível em: <http://iela.sites.ufsc.br/noticia/origem-e-apogeu-das-lumpen-burguesias-latino-americanas>.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.

CHASIN, José. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

COTRIM, Livia. *A autorreforma da ditadura militar – Reiteração da autocracia burguesa*. In *A arma da crítica – Ano nove, número 12*. Fortaleza, Nov. 2019(a).

_____. *Bonapartismo, autocracia institucionalizada e o golpe de 2016 no Brasil*. In *Ditadura e violência institucional*. São Paulo: Educ/CAPES, 2019(b).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. (Org.) *A consciência revolucionária da história, In Marx e Engels, História Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Atica, 1983.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio e Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Edições Saraiva, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência, In Sociedade e desenvolvimento*, v. 1, n. 1. Santiago (Chile): março de 1972.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. México, Espanha, Argentina, Colômbia: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- _____. *Brasil: Uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PRADO JR., Caio. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2014.
- ROMERO, João P. *Abertura comercial de Guedes ameaça o que restou da indústria brasileira de alta tecnologia*. The Intercept Brasil de 29/01/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/29/abertura-comercial-guedes-prejudica-industria-nacional/>
-

ÍNDICE

- 1) **O reencontro com o passado – p.01**
- 2) **A anatomia socioeconômica – p.05**
- 3) **Economia, autocracia e ditadura – p.23**
- 4) **O bonapartismo de 1964 – p. 27**
- 5) **Ausência reiterada de projeto industrial – p.36**
- 6) **A formação da nova esquerda – p.40**
- 7) **O golpe parlamentar e a queda dos Paulistas no Poder – p.50**
- 8) **Os Milicianos Cariocas no Poder – p.54**
- 9) **Referências Bibliográficas – P.69**

Abril/2020